Embrapa Agroindústria Tropical

EDITAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa

EDITAL DE LICITAÇÃO EMBRAPA Nº 90120 /2026 - EMBRAPA AGROINDÚSTRIA TROPICAL - UASG: 135048

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21153.002482/2026-14 **(Patrimônio e Suprimentos: Contratação de Obras/Serviços de Engenharia)**

OBJETO: Obra de Construção de Guarita, Pavimentação e Implantação de Infraestrutura de Segurança no Campo Experimental de Pacajus (C.E.P)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO	**MODO DE DISPUTA**
(_X_) MENOR PREÇO GLOBAL	(_X_) ABERTO
REGIME DE EXECUÇÃO	
(_X_) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL	

Data de Abertura: **16/12/2026 às 09:00** (Horário de Brasília)

A presente licitação será processada no módulo CONCORRÊNCIA, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br.

Valor total estimado: 463.792,22 (Quatrocentos e sessenta e três mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos)

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Embrapa para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 135048

Fontes: 1000000000

PTRES: SOF

Elemento de Despesa: 44905191

DDO: Declaração de Disponibilidade Orçamentária 14388473

VISTORIA	**INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO**	**FORMA DE ADJUDICAÇÃO**	**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**	
Facultativa (_X_)	- Contrato (_X_)	Preço Global (_X_)	**Requisitos Básicos:** - Item 8 do Edital - HABILITAÇÃO	**Requisitos Específicos:** - Item 8 do Termo de Referência - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
LIC. EXCLUSIVA ME/EPP?	**RESERV. COTA ME/EPP?**	**EXIGE AMOSTRA/DEM.?**	**DEC. Nº 7.174/2010?**	
Sim (__) Não (_X_)	Sim (__) Não (_X_)	Sim (__) Não (_X_)	Sim (__) Não (_X_)	
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS		**IMPUGNAÇÕES**		

Os esclarecimentos devem ser encaminhados ao e-mail cnpat.sps@embrapa.br até **5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame.**	Por qualquer pessoa em até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. As impugnações devem ser encaminhadas ao e-mail cnpat.sps@embrapa.br até **5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame.**

INFORMAÇÕES:

E-mails: cnpat.sps@embrapa.br

PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE 90 (noventa) DIAS a contar da sua apresentação.

1. Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a Embrapa somente contratará se houver disponibilidade financeira para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Caso, por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário anual realizado, após a homologação e adjudicação do objeto não for possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguinte procedimentos, quando da disponibilidade financeira:

a) Consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições licitadas, para efetiva contratação;

b) Caso o adjudicatário não manifeste interesse na manutenção de sua proposta, a Embrapa convocará os demais licitantes, na forma do inciso I do §2º do artigo 75 da Lei 13.303/2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumam as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação.

2. Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a Embrapa poderá reduzir o escopo das contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade do certame.

3. Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância.

4. Em todos os casos, caso entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação, decorra tempo superior a 12 (doze) meses, os valores da proposta poderão ser reajustados pelo IPCA, caso outro índice não tenha sido indicado no Edital e seus ANEXOS.

O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DA EMBRAPA AGROINDÚSTRIA TROPICAL - Boletim de Publicações Eletrônicas - link para acesso direto

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: EMBRAPA AGROINDÚSTRIA TROPICAL, sediada na Rua Pernambuco, 2270 - Pici, Fortaleza/CE , CEP 60511-110, que na data e horário indicados fará realizar licitação, na modalidade **LICITAÇÃO EMBRAPA, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, modo de disputa ABERTO**, mediante regime de **execução de empreitada por preço global**, conforme especificações constantes no ANEXO I, que é parte integrante deste edital. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992, Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Instrução Normativa nº 3 de 26 de abril de 2018, Instrução Normativa N° 5, de 7 de novembro de 2013, a Norma nº 037.011.003.001 (Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, D.O.U. 22/4/2024, Ed. 77, Seção:1, pg. 6, parte integrante deste instrumento e disponível no endereço eletrônico https://www.embrapa.br/agroindustria-tropical/licitacoes e no Boletim de Publicações Eletrônicas - link para acesso direto), bem como pelas disposições deste edital e anexos.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente certame será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br.

1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do certame, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Público.

1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória certame, em sua forma eletrônica.

1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este certame.

1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a **Obra de Construção de Guarita, Pavimentação e Implantação de Infraestrutura de Segurança no Campo Experimental de Pacajus (C.E.P)**, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões

de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I).

2.2. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.

2.3. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras do governo federal (sítio https://www.gov.br/compras/pt-br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação Embrapa interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o seu objeto, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:

a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela Embrapa, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, aplicada na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;

c) penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada na vigência do inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;

d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992.

3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação.

3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:

a) Será admitida (__), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

b) Não será admitida (_X_), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.9. Também não poderão participar entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que não apresentem condições de habilitação semelhantes às exigidas para licitantes nacionais, segundo as formalidades da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

3.10. A participação de empresas reunidas em consórcio:

a) Será admitida (__), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

b) Não será admitida (_X_), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.12. Esta Licitação Embrapa é de âmbito nacional.

3.13. Como condição para participação nesta Licitação, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.13.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus ANEXOS;

3.13.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.13.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.13.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.13.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa

com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

3.13.8. que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1. Os documentos de habilitação serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação Embrapa, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

4.4.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênio da Embrapa;

4.4.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus ANEXOS, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas neste.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, na hipótese de inversão de fase, anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

4.8. Os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado conforme solicitação do Presidente da Comissão, observado o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, prorrogável por igual período.

4.8.1. A prorrogação de que trata este item, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Presidente da Comissão; ou

II - de oficio, a critério do Presidente da Comissão, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total;

b) Fabricante, se for o caso;

c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas será de 90 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema de compras do governo federal (sítio https://www.gov.br/compras/pt-br), se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

5.7. A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

6. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO EMBRAPA

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Presidente da Comissão verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que identifiquem o licitante, que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as

especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Presidente da Comissão e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital e na Instrução Normativa n° 5, de 7 de novembro de 2013 .

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.11. O intervalo entre lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, conforme art. 1 da Instrução Normativa nº 5, de 7 de novembro de 2013 .

6.12. O Presidente da Comissão poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.12.1 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata este item, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Presidente da Comissão, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Presidente da Comissão no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Presidente da Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:

6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 10,00 (dez reais**).

6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

a) Ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

b) Ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.23. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 10% (dez por cento), o Presidente da Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.23.1. Após o reinício previsto neste item, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;

6.23.2. Encerrada a etapa de que trata o item 6.23.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.22.

Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte

6.24. Encerrada a etapa de lances, o Presidente da Comissão deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;

b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na alínea anterior;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.25. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de

preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o Presidente da Comissão convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.24., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.26. O procedimento previsto no subitem 6.25. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.24.

6.27. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.24. e 6.25., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.28. O disposto no subitem 6.24. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991

6.29. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei n° 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5° e 8° do Decreto n° 7.174, de 2010.

6.30. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.31. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

6.32. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Presidente da Comissão.

6.33. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

Critério de Desempate

6.34. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei nº 13.303/2016 e no Art. 82 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.35. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 6.28, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.36. Na hipótese de necessidade de sorteio, as licitantes serão comunicadas e convocadas para o ato público em data, hora e local informados pelo Presidente da Comissão no sistema eletrônico, sendo que a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Da Negociação da Proposta

6.37. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Presidente da Comissão deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.37.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes;

6.37.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

6.38. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

6.39. Se, depois de adotada a providência referida no item 6.37.2, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

6.40. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.41. Observado o prazo de que trata o item 4.8 acima, o Presidente da Comissão deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

Envio da Proposta Final

6.42. Encerrada a etapa de lances e a conseguinte negociação, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do Presidente da Comissão, encaminhará **no prazo de até 4 (quatro) horas**, por meio da funcionalidade "enviar ANEXO" presente no sistema eletrônico, a PROPOSTA FINAL, conforme Anexo VII – MODELO PARA A PROPOSTA, juntamente com os seguintes Anexos: ANEXO IV - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA, ANEXO V - PLANILHA COMPOSIÇÃO BDI, e ANEXO VI – CRONOGRAMA, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor negociado.

6.42.1. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar ANEXO” do sistema de compras do governo federal poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada **ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020,** a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Presidente da Comissão;

6.42.2. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora;

6.42.3. Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora;

6.42.4. É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Presidente da Comissão realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens a seguir, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.2.1. contiver vícios insanáveis;

7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus ANEXOS, desde que insanável.

7.3. O Presidente da Comissão poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.5. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.6. O Presidente da Comissão poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.7. Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista; ou

II - valor do orçamento estimado pela Embrapa.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do Presidente da Comissão que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. O Presidente da Comissão poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo, conforme o caso, adotar os procedimentos mais adequados para tanto, tais como:

a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

b) Solicitar informações junto aos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, ou órgãos equivalentes;

c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;

h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

i) Realizar ou consultar estudos setoriais;

j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.9. Qualquer licitante poderá requerer, motivadamente, que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.11. O Presidente da Comissão poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Presidente da Comissão por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Presidente da Comissão.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o Presidente da Comissão examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no Art. 154 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Presidente da Comissão exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar

apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Presidente da Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Presidente da Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Presidente da Comissão solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Presidente da Comissão examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27. Havendo necessidade, o Presidente da Comissão suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Presidente da Comissão passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.29. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Presidente da Comissão verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. HABILITAÇÃO

Consulta a Cadastros

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Presidente da Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/);

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Presidente da Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Presidente da Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

Disposições Gerais sobre a Habilitação

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura

da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Presidente da Comissão lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s);

8.5.4. A verificação pelo Presidente da Comissão em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

8.5.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo Presidente da Comissão até a conclusão da fase da habilitação;

8.5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do dispostos no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, será observado o disposto nos subitens 3.10 e 8.26 deste edital.

8.9. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de envio de lances e de julgamento.

8.9.1. Na hipótese de inversão de fase referida neste item, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto;

8.9.2. Após o encerramento da fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do Presidente da Comissão no sistema eletrônico, no prazo de, **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, nas mesmas situações elencadas no item 4.8.1 deste Edital.

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o Presidente da Comissão poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no item 12 deste Edital.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Presidente da Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item 8.14 deste Edital.

8.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Habilitação Jurídica

8.19. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

8.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.19.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.19.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.19.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, nos termos do art. 4º, §2º Decreto nº 10.880 de 02/12/2021;

8.19.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural

pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022;

8.19.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização (Instrução Normativa SEGES Nº 03/2018);

8.19.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme e exigências descritas no Termo de Referência;

8.19.11. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante em anexo do presente Edital.

8.20. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

Qualificação Técnica

8.21. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:

a) Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) , conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

b) **Capacitação técnico-operacional**: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características com o objeto da presente licitação, envolvendo no mínimo 01 (uma) das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, contidos no Termo de Referência (Anexo I).

b.1) Os atestados deverão conter as seguintes informações:

- Objeto do contrato;
- Nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela(s) obra/serviços;
- Quantificação principal;
- Local e data de emissão do atestado;
- Período de execução;
- Nome e assinatura do signatário.

b.2) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

b.3) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;

b.4) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

c) **Comprovação da capacitação técnico-profissional**: mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

c.1. no mínimo 01 (uma) das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, contidos no Termo de Referência (Anexo I)

c.1.1. O responsável técnico e/ou membro da equipe técnica acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação;

c.1.2. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;

c.1.3. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e da Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

8.22. As empresas licitantes deverão apresentar Termo de Dispensa ou de Vistoria devidamente assinado pela licitante e pelo empregado da Embrapa que as acompanhou.

8.23. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica.

8.24. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.25. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.

8.26. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório

dos quantitativos de cada consorciado.

Qualificação Econômica-Financeira

8.27. Para demonstração da Qualificação Econômica-Financeira, será exigida a seguinte documentação:

8.27.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.27.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.27.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.27.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.27.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

8.27.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.27.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.27.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.27.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

8.28. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

8.29. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1o do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015.

8.30. Para aplicação do disposto no item 8.29, o prazo para regularização fiscal será contado a partir do m omento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

8.31. A prorrogação do prazo constante do item 8.29 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

8.32. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.33. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Presidente da Comissão considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

8.33.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o Presidente da Comissão poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha (Acordão TCU 988/2022 - Plenário);

8.33.2. Caso existam dúvidas relacionadas à incertezas e/ou divergências constadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o Presidente da Comissão e demais membros poderão suprimi-las por meio de diligências;

8.33.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.

Regularidade Fiscal

8.34. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9. RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no subitem 4.1.2 deste Edital, da ata de julgamento.

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.6. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Conforme a Lei 14.133/2021, caberá à Autoridade Superior adjudicar o objeto e homologar a licitação, independentemente da apresentação ou ausência de recurso.

12. ERROS OU FALHAS

12.1. O Presidente da Comissão poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

12.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **caput**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(__) Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

(_X_) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. Quando a Embrapa convocar o licitante com preço mais bem classificado para assinatura do Contrato, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

14.2. Havendo recusa de assinatura do Contrato, a Embrapa poderá revogar a licitação ou convocar os licitantes registrados no cadastro reserva, para adjudicação do objeto da licitação e homologação pela autoridade superior.

15. PENALIDADES

15.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará suspenso temporariamente de participar em licitação e impedido de contratar com a Embrapa, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.2. O licitante estará sujeito à multa, garantido o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses e nos seguintes percentuais:

a) não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou não mantiver a proposta – multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da sua proposta;

b) deixar de entregar documentação exigida neste Edital – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

c) apresentar documentação falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

d) comportar-se de modo inidôneo – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

e) fizer declaração falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;

f) cometer fraude fiscal – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta.

15.3. Ocorrendo mais de uma infração, as multas serão cumulativas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

15.4. As penalidades e seus procedimentos referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação, conforme instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15.5. A aplicação das penalidades acima referidas correrão em processo administrativo devidamente autuado conforme a Lei, o qual poderá iniciar-se de ofício ou a pedido de qualquer interessado.

15.6. Será dada vista dos autos à parte interessada, o qual terá direito de obter cópias de documentos nele contidos e conhecer as decisões proferidas, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

15.7. A aplicação das penalidades ocorrerá após apresentação de defesa pelo interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato (Lei nº 13.303/2016, art. 83, § 2º, e inciso VII, § 1º, do Art. 186 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa), momento em que lhe será facultado formular alegações, apresentar documentos, bem como produzir provas.

15.8. Serão recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo interessado quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

15.9. O interessado será intimado de prova ou diligência ordenada, com antecedência de 3 (três) dias úteis da sua realização.

15.10. Ultrapassada as fases do item 15.7, caberá ao Chefe-Adjunto de Administração da Unidade/Gerente-Adjunto de Contratações na Sede o acolhimento ou não da defesa apresentada, devendo proferir decisão com a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.

15.11. O interessado será intimado da decisão, por intermédio de seu preposto ou, alternativamente, por meio de correspondência com Aviso de Recebimento ou, ainda, por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

15.11.1. No caso de desconhecimento ou de domicílio/sede indefinido, a intimação será efetuada por meio de publicação Diário Oficial da União.

15.12. Da decisão administrativa cabe recurso, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação do ato (inciso IIII do Art. 190 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa).

15.13. Poderá o interessado, quando a interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

15.14. O recurso interposto não terá efeito suspensivo. No entanto, havendo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

15.15 Interposto o recurso, o Chefe-Adjunto de Administração/Gerente-Adjunto de Contratações da Sede intimará os demais interessados, se for o caso, para que, no prazo de 10 (dez) dias corridos, apresentem alegações.

15.16. O recurso será dirigido ao Chefe Adjunto de Administração/Gerente-Adjunto de Contratações da Sede, o qual, se não reconsiderar sua decisão, o encaminhará ao Chefe-Geral da Unidade/Superintendente da SUSEC.

15.17.O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

15.17.1. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

15.18. A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida.

15.18.1. Se da aplicação do disposto no item 15.17 puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

15.19. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou cientificação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

15.20. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

15.21. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação, conforme instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15.22. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

15.23. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

16. ATOS LESIVOS À Embrapa

16.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

16.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutos tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

16.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

16.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

16.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

16.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei n° 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;

b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e

c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

16.7. A publicação a que se refere o item 16.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

16.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

16.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no ~~Decreto nº. 8.420, de 18 de março de 2015~~ Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022 , inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o ~~art. 21 do Decreto nº. 8.420/2015~~ art. 67 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.

16.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

16.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Presidente da Comissão, até **5 (cinco) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma deste Edital.

17.2. O Presidente da Comissão responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

17.2.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

17.2.2. O Presidente da Comissão poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos ANEXOS.

17.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

17.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital de Licitação Embrapa, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até **5 (cinco) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

17.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Presidente da Comissão, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

17.5.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

17.5.2. O Presidente da Comissão poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

17.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Presidente da Comissão, nos autos do processo de licitação.

17.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio abaixo indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

17.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da no sítio eletrônico da Embrapa e, preferencialmente, no sistema de Compras Governamentais, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br.

17.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 16h:00min do último dia para sua interposição.

17.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

17.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

17.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

17.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

18.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas,

quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

18.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

18.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.

18.5. Fica eleito o foro da Seção Judiciária Federal do Ceará, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

18.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes ANEXOS:

a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

b) ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

c) ANEXO III - DESENHOS TÉCNICOS - PLANTA BAIXA, DESENHOS

d) ANEXO IV - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

e) ANEXO V - COMPOSIÇÃO DE BDI

f) ANEXO VI - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

g) ANEXO VII - MODELO PARA A PROPOSTA

h) ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO

i) ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO

j) ANEXO X - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

OS ANEXOS III, IV, V, VI e X deverão ser acesados pelo link: https://drive.google.com/drive/folders/1MJsukwC7srb3kRxPqv8i6ma1VvnWx-9p

Fortaleza/CE, 24 de novembro de 2026

[Assinado eletronicamente]
FLAVIO MARCUS FALCÃO GRAÇA JÚNIOR
Chefe Adjunto de Administração

Embrapa Agroindústria Tropical

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

TERMO DE REFERÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa técnica especializada para **Obra de Construção de Guarita, Pavimentação, Muro Frontal com Gradil de Tela e Implantação de Infraestrutura de Segurança de acesso com eclusa no Campo Experimental de Pacajus (C.E.P)**, **localizada no Campo Experimental de Pacajus da Embrapa Agroindústria Tropical - Rodovia CE-253, Km 42, s/n - Zona Rural, Pacajus - Ceará, CEP 62870-000, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no processo SEI nº** (21153.002482/2026-14).

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Obra de Construção de Guarita, Pavimentação, Muro Frontal com Gradil de Tela e Implantação de Infraestrutura de Segurança de acesso com eclusa no Campo Experimental de Pacajus (C.E.P), tem como objetivo atender as necessidades de Higiene e Segurança do Trabalho conforme descritas em Relatório de inspeção de campo SEI (13033334**) para levantamento de pontos de ajustes e melhorias na estrutura do Campo Experimental de Pacajus, relatório este realizado por equipe de engenheiros de segurança e de funcionários do campo experimental. Objetiva também, por oportuno, a modernização e adequação técnica do acesso à este campo experimental da Embrapa Agroindústria Tropical, visando a segurança e integridade dos trabalhadores, colaboradores e visitantes.**

.

3. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor estimado para a contratação é de R$463.792,22 (quatrocentos e sessenta e três mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos). A Dotação Orçamentária provem da Fonte de Recursos 1000000000.

MODALIDADE E MODO DE DISPUTA

[ ] Pregão Embrapa, pois o objeto da presente contratação pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais de mercado. Desta forma, entende-se que o objeto pode ser classificado como serviço comum, para fins do disposto no parágrafo único, art 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão

[X] Licitação Embrapa - com disputa em modo aberto, pois o objeto deste Termo de Referência é uma obra ou serviço de engenharia não comum. A Resolução nº 1.116, de 26 de abril de 2019, estabelece que as obras e serviços de engenharia e agronomia, que exigem habilitação legal para sua elaboração ou execução, com a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), são serviços técnicos especializados, sendo incompatível, portanto, com licitações realizadas por meio de pregão.

[ ] Licitação Embrapa - com disputa em modo fechado, pois o objeto deste Termo de Referência é uma obra ou serviço de engenharia não comum. A Resolução nº 1.116, de 26 de abril de 2019, estabelece que as obras e serviços de engenharia e agronomia, que exigem habilitação legal para sua elaboração ou execução, com a emissão da anotação de responsabilidade técnica (ART), são serviços técnicos especializados, sendo incompatível, portanto, com licitações realizadas por meio de pregão.

4. SIGILO DO PREÇO REFERENCIAL

[ ] Preço referencial sigiloso

[X] Preço referencial não sigiloso

4.1 JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO PREÇO REFERENCIAL NÃO SIGILOSO

[X] O presente objeto representa contratação de obra ou serviço, cujos preços unitários podem variar de forma significativa de tal maneira que a aplicação dos critérios de aceitabilidade de preços global e unitário poderá inviabilizar a contratação da proposta que seja técnica e financeiramente mais vantajosa para a Embrapa, sendo, portanto, mais adequada a adoção de planilha referencial com preços unitários e global não sigilosos ;

[ ] Outra: __ ;

5. REGIME DE EXECUÇÃO

[ ] Empreitada por preços unitários

[X] Empreitada por preço global

[ ] Tarefa

[ ] Empreitada integral

[ ] Semi-integrada

[ ] Integrada

6.1. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO REGIME DE EXECUÇÃO

[ ] O presente objeto representa contratação de obra ou serviço cujos quantitativos aferidos no orçamento referencial ou parte deles possuem imprecisão inerente à sua natureza, sendo, portanto, mais adequada a adoção do regime de empreitada por preço unitário;

[X] O presente objeto representa contratação de obra ou serviço cujos quantitativos aferidos no orçamento referencial apresentam boa margem de precisão, sendo, portanto, mais adequada a adoção do regime de empreitada por preço global;

[ ] O presente objeto representa contratação de profissional autônomo ou de pequena empresa para realização de serviço técnico comum e de curta duração, sendo, portanto, mais adequada a adoção do regime de contratação por tarefa;

[ ] O presente objeto representa contratação de obra ou serviço de empreendimento de alta complexidade em que se faz necessário o recebimento em condições de operação imediata, sendo, portanto, mais adequada a adoção do regime de empreitada integral;

[ ] O presente objeto representa contratação de obra ou serviço que poderá ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias e cujas quantidades dos serviços a serem executados foram previamente definidas no projeto básico, sendo, portanto, mais adequada a adoção do regime de contratação semi-integrada;

[ ] O presente objeto representa contratação de obra ou serviço de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica do objeto, sendo, portanto, mais adequada a adoção do regime de contratação integrada;

[ ] O presente objeto representa contratação de obra ou serviço que poderá ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito de mercado, sendo, portanto, mais adequada a adoção do regime de contratação integrada;

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

[X] Menor Preço

[ ] Maior Desconto

[ ] Melhor Técnica

[ ] Melhor Combinação de Técnica e Preço

[ ] Maior Retorno Econômico

7.1. DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS PARA O CASO DA ESCOLHA DOS CRITÉRIOS MELHOR TÉCNICA, MELHOR COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO E MAIOR RETORNO ECONÔMICO

[X] Não se aplica ao critério escolhido

[ ] Conforme segue abaixo:

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço compatível em características, quantidades e prazos com as parcelas de maior relevância abaixo descritas.

8.1 COMPOSIÇÃO MÍNIMA DO QUADRO PROFISSIONAL A SER EXIGIDO:

[ ] Arquiteto

[X] Engenheiro Civil

[ ] Engenheiro Eletricista

[ ] Engenheiro Mecânico

[ ] Outros:_____

8.2 PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA PARA QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL:

[X] Execução de obra ou serviço de engenharia com no mínimo, 100m2 com a execução de estrutura em concreto armado na obra de construção da edificação.

[X] Execução de obra ou serviço de engenharia com no mínimo, 100m2 de pavimentação em pedra tosca ou pavimentação com piso pré-moldado poliédrico e intertravado de concreto;

[X] Execução de obra ou serviço de engenharia com, no mínimo, 50 m2 de assentamento de manta asfáltica elastomérica;

8.3 PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

[X] Execução de obra ou serviço de engenharia com no mínimo, 200m2 com a execução de estrutura em concreto armado na obra de construção da edificação.

[X] Execução de obra ou serviço de engenharia com no mínimo, 100m2 de pavimentação em pedra tosca ou pavimentação com piso pré-moldado poliédrico e intertravado de concreto;

[X] Execução de obra ou serviço de engenharia com, no mínimo, 50 m2 de assentamento de manta asfáltica elastomérica;

9. VISTORIA TÉCNICA

[X] Facultativa aos licitantes interessados

[ ] Obrigatória

9.1. Local da vistoria:

Campo Experimental de Pacajus da Embrapa Agroindústria Tropical - Rodovia CE-253, Km 42, s/n - Zona Rural, Pacajus - Ceará, CEP 62870-000

9.2. Contato para agendamento: Justino Souza – justino.souza@embrapa.br ,com cópia para sergio.moreira@embrapa.br

9.3. Data limite para realização da vistoria: 2 dias antes do prazo de abertura das propostas.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. A subcontratação não será admitida para os serviços constantes nas parcelas de maior relevância e para os serviços de administração local. Para os demais, a subcontratação será admitida desde que aprovada pela Fiscalização do contrato.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado conforme etapas definidas no Cronograma Físico-financeiro e em conformidade com o regime de execução desta contratação.

11.2. Cumprida a etapa prevista no cronograma, a CONTRATADA poderá emitir Boletim de Medição para pagamento dos serviços executados.

11.3. A medição apresentada pela Contratada deverá ser analisada pelo Fiscal Técnico para sua análise e, se for o caso, aprovação.

11.4. Após a aprovação da medição, a Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal acompanhada da documentação exigida no Edital, para o pagamento de cada parcela faturada. O pagamento será realizado no prazo máximo até 30 (trinta) dias contados da apresentação da fatura/nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.5. A suspensão ou atraso do pagamento não autoriza a paralisação da obrigação da CONTRATADA de entrega dos serviços, estando a mesma sujeita às penalidades cabíveis por inadimplemento, bem como a responder pelos danos e prejuízos decorrentes, se assim proceder;

11.6. A Embrapa não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras;

11.7. Os valores porventura pagos com atraso, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, sofrerão correção monetária pela variação do IPCA, acrescidos de juros de mora de 0,5% ao mês, pro rata die.

12. PRAZOS

12.1. O prazo total de vigência do contrato é de 240 dias.

12.2. O prazo de execução dos serviços contratados é de 120 dias e com etapas definidas em conformidade com o Cronograma Físico-financeiro do Contrato.

12.3. A Contratada deverá apresentar cronograma próprio antes do início da obra, que deverá ser aprovado pela Fiscalização da Embrapa, mostrando as etapas definidas, plano de ataque e marcos temporais que servirão de base para as medições dos serviços.

13. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Conforme definido no documento "Especificações Técnicas" constante do Projeto Básico. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO COM DESCRIÇÃO DETALHADA

13.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 2023.

13.2. O objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

13.3. O Memorial Técnico Descritivo no anexo I oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

13.4. O prazo de vigência da contratação será de 240 dias contados do primeiro dia útil subsequente à assinatura.

13.5. O objeto a ser contratado deverá seguir as condições, quantidades e exigências descritas abaixo:

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DE DESPESA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	**VALOR UNITÁRIO**	VALOR TOTAL
1	**Construção de Guarita, Pavimentação, Muro Frontal com Gradil de Tela e Implantação de Infraestrutura de Segurança de Acesso com Eclusa no Campo Experimental de Pacajus**	449051	UN	01	463.792,22	463.792,22

13.6. Amostra ou Prova de Conceito

13.7. 1. Será exigido o envio de amostras/prova de conceito, tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar para situações de avaliações de cerâmicas de piso, cerâmicas de paredes, tintas, vidros de janelas, alumínio de portas e janelas, louças e metais sanitários.

13.7. Garantia do Objeto

13.7.1. Será exigida a garantia do objeto contratado, com os seguintes requisitos:

13.7.1.1. A garantia dos bens/produtos/equipamentos fornecidos, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior.

3.7.1.2. Deverá ser apresentado o certificado de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal respectiva..

3.7.1.3. O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira objetiva em que consiste, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado o ônus, a cargo do contratante, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fabricante, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e uso do produto.

13.8. Indicação de marcas ou modelos

13.8.1. Na presente contratação será(ão) exigida(s) a(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), conforme permitido pelo inciso I, art. 47 da Lei Federal nº 13.303/2016, considerando a justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar, para produtos que possam ser aferidos como sendo de qualidade de referência ou que possua um similar superior:

13.8.2. Como o foco é estabelecer referências de mercado para a aplicação do Art. 47 da Lei 13.303/2016 (marcas de referência que servem de parâmetro de qualidade), apresento uma lista baseada nos fabricantes nacionais de maior prestígio técnico, amplamente aceitos e exigidos pela engenharia civil no Brasil:

13.8.2.1.Cabos Elétricos

- **Prysmian (Grupo Prysmian): Líder global e referência máxima em segurança e projetos de grande porte, ou similares superiores;**
- **SIL Cabos Elétricos: Altamente consagrada no mercado nacional, com forte presença em obras comerciais e residenciais, ou similares superiores;**
- **Cobrecom / Corfio: Marcas nacionais com excelente pureza de cobre e rigor técnico normativo, [1, 2, 3, 4], ou similares superiores;**

13.8.2.2. Barras de Aço para Estrutura em Concreto (Vergalhões CA-50 / CA-60)

- **Gerdau: A principal referência nacional em aços longos e vergalhões para concreto armado, ou similares superiores;**
- **ArcelorMittal: Fornecedora de alta tecnologia e vergalhões de extrema resistência para grandes estruturas, ou similares superiores;**
- **Belgo Arames: Sinônimo de qualidade técnica em telas, cordoalhas e soluções de armação, [1, 2, 3, 4], ou similares superiores;**

13.8.2.3. Fabricante de Tubos e Conexões

- **Tigre: Líder absoluta de mercado e a marca mais utilizada como padrão de referência hidráulica e de esgoto no Brasil, ou similares superiores;**
- **Amanco Wavin: Principal concorrente técnica da Tigre, oferece soluções completas de alta tecnologia para infraestrutura, incluindo linhas em PPR, ou similares superiores;**
- **Krona / Fortlev: Excelentes alternativas de padrão técnico normatizado, com forte competitividade, [1, 2, 3, 4], ou similares superiores;**

13.8.2.4 Mantas Asfálticas (E=4mm)

- **Vedacit: Referência histórica em impermeabilização no Brasil, ou similares superiores;**
- **Viapol: Amplamente especificada em projetos de engenharia para áreas industriais e grandes lajes, ou similares superiores;**
- **Sika: Multinacional conhecida pela alta performance química e durabilidade de suas mantas de 4mm, ou similares superiores;**

13.8.2.5. Cimento

- **Votorantim Cimentos (Votoran / Itaú / Poty): A maior referência técnica e de distribuição no país, ou similares superiores;**
- **Cimento Cauê / Cimento Nacional: Marcas de alta estabilidade em traço e resistência, ou similares superiores;**
- **InterCement (Zebu / Cauê): Muito utilizada em obras de infraestrutura estrutural, ou similares superiores;**

13.8.2.6. Tintas (Linhas Imobiliárias Premium)

- **Suvinil (BASF): Referência em cobertura, durabilidade e catálogo tecnológico de cores, ou similares superiores;**
- **Coral (AkzoNobel): Padrão internacional de qualidade com excelente rendimento e lavabilidade, ou similares superiores;**
- **Sherwin-Williams / Lukscolor: Marcas premium de altíssimo desempenho técnico para áreas internas e externas, [1, 2, 3], ou similares superiores;**

13.8.2.7. Lâmpadas e Iluminação (Tecnologia LED)

- **Philips (Signify): A maior referência em eficiência energética, durabilidade e garantia técnica, ou similares superiores;**
- **Osram (Ledvance): Padrão industrial e comercial de alta confiabilidade, ou similares superiores;**
- **Stella / Taschibra: Excelentes marcas nacionais focadas em design aliado à eficiência técnica, ou similares superiores;**

13.8.2.8. Fechaduras de Portas

- **Papaiz (Grupo ASSA ABLOY): Referência de mercado em segurança e engenharia de cilindros, ou similares superiores;**
- **Pado: Líder nacional em volume com excelente durabilidade de acabamento e maquinário, ou similares superiores;**
- **Yale / Stam: Padrão consolidado no mercado residencial e comercial de médio/alto fluxo, ou similares superiores;**

13.8.2.9. Cerâmicas e pré-moldados (Segmento Popular com Qualidade Reconhecida)

- **Pointer (Grupo Portobello): Design e tecnologia Portobello aplicados a uma linha voltada para o mercado popular/intermediário com alta resistência, ou similares superiores;**
- **Lume Cerâmica / Cristofoletti: Conhecidas pela excelente relação custo-benefício em grandes volumes sem abrir mão do padrão técnico de quebra e PEI (resistência ao desgaste), ou similares superiores;**
- **Cerâmica Carmelo Fior (Cecafi / Fioranno): Uma das maiores produtoras do país no segmento acessível, com processos automatizados modernos, ou similares superiores;**
- **Propostes - Premoldados em concreto: Principais fabricantes e fornecedores de pré-moldados e postes de concreto em Fortaleza e Região Metropolitana (ou similares superiores);**
- **Jotadois Premoldados: Principais fabricantes e fornecedores de pré-moldados e postes de concreto em Fortaleza e Região Metropolitana (ou similares superiores);**

13.10. Para os itens/produtos citados, será exigido Certificação de Qualidade do Produto (ou do Processo de Fabricação) devido, se for o caso, com a inclusão da justificativa, conforme recomenda o art. 71, IV, do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa).

13.10.1. O objeto a ser ofertado deverá atender aos padrões usuais de mercado, com identificação clara, quando aplicável, do fabricante, marca, modelo e demais características e especificações técnicas essenciais que permitam à Embrapa aferir seu padrão de qualidade e desempenho.

13.09.2. A empresa fornecedora será responsável pela substituição, troca ou reposição de quaisquer materiais que sejam entregues com defeitos, danificados ou que não atendam às especificações estabelecidas neste termo de referência.

13.09.3. Serão rigorosamente observados os prazos de validade indicados pelos fabricantes. Não serão aceitos materiais com validade vencida ou data de fabricação defasada, que comprometam sua plena utilização.

13.09.4. Os produtos a serem entregues devem ter sido fabricados no mesmo ano da emissão da Autorização de Fornecimento, exceto para aqueles com validade de até 12 meses, os quais devem apresentar, no mínimo, 50% de sua validade restante.

13.11. Sustentabilidade

Nota explicativa: O termo de referência, anteprojeto de engenharia, projeto básico ou projeto executivo deverá prever requisitos de sustentabilidade ambiental conforme Plano de Gestão Logística Sustentável da Embrapa - PLS e a legislação aplicável, como, por exemplo: Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 (Agrotóxicos); Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001(Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia), Normas do CONAMA, IBAMA, INMETRO, entre outras.

13.11.1. critérios de sustentabilidade foram apresentados no Estudo Técnico Preliminar, que se baseiam na legislação atual

14. RECEBIMENTO

14.1 Concluída a execução do objeto contratado, a CONTRATADA, deverá comunicar formalmente à fiscalização que o objeto está apto a ser recebido. A emissão da comunicação fora do prazo de execução do objeto do Contrato caracterizará atraso, sujeitando-se a Contratada às penalidades cabíveis.

14.2. Comunicado pela CONTRATADA o término da execução do objeto do Contrato, a Embrapa dará início ao processo de recebimento da obra e/ou serviços de engenharia, que deverá ser realizado em duas etapas: o Recebimento Provisório e o Recebimento Definitivo.

14.3. O Recebimento Provisório deverá ser formalizado pelos Fiscais Técnico e Requisitante, por meio do Termo de Recebimento Provisório - TRP, em prazo definido no instrumento convocatório da Comissão de Recebimento, limitado a 30 (trinta) dias da data do recebimento da comunicação de conclusão do objeto emitido pela CONTRATADA.

14.4. Caso sejam constatados serviços ou parcelas ainda não executadas ou finalizadas, não será reconhecido efeito à comunicação de conclusão da obra ou serviço. Assim, será emitido um Termo listando as pendências e informando que a obra ou serviço deixou de ser Recebido Provisoriamente e, se encerrado o prazo de execução do objeto contratual, poderá ser caracterizado atraso.

14.5. Para a realização do recebimento provisório, é necessário que todas as obrigações e ambas as partes, CONTRATADA e Embrapa, estejam quitadas, não podendo haver qualquer pendência de execução ou pagamento.

14.6. Considera-se pendências de execução, serviços que não tenham sido completamente concluídos, equipamentos por instalar e todo e qualquer obrigação contratual que a fiscalização julgue relevante, seja física ou documental.

14.7. Sanadas as pendências listadas, que impediram a realização do recebimento anterior, a CONTRATADA solicitará formalmente à Fiscalização que seja realizada nova vistoria para o Recebimento Provisório.

14.8. Constatada a inexistência de pendências, a Fiscalização emitirá comunicado interno ao Gestor do Contrato para que sejam efetuadas as providências com vistas ao Recebimento Definitivo.

14.9. O Termo de Recebimento Provisório (TRP) deverá ser assinado por ambas as partes, com indicação de eventuais correções e pequenas complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, inclusive quanto ao funcionamento dos equipamentos instalados na obra.

14.10. Após realização da etapa de Recebimento Provisório poderá ser dado uso ao objeto contratado.

14.11. A partir do Recebimento Provisório, salvo disposições em contrário, dar-se-á uso ao objeto Contratado. Quaisquer vícios, patologias ou defeitos que sejam identificados no período compreendido entre os Recebimentos Provisório e o Definitivo serão comunicados à CONTRATADA para que esta proceda com a imediata correção.

14.12. A segunda etapa de recebimento, o Recebimento Definitivo, deverá ser realizado em até 90 dias após realização do Recebimento Provisório.

14.13. Para o Recebimento Definitivo deverá ser realizada vistoria pela Comissão designada para este fim pela Autoridade Competente, com vistas à emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD, no prazo de até noventa dias contados a partir da emissão do TRP.

14.14. A emissão do TRD estará condicionada à inexistência de pendências de ambas as partes.

14.15. Caso as pendências eventualmente listadas no TRP remanescerem inconclusas ou outras sejam identificadas no período compreendido entre o Recebimento Provisório e a vistoria do Recebimento Definitivo, a Comissão não receberá definitivamente o objeto e emitirá o Termo estabelecendo novo prazo para a execução dos ajustes, sem prejuízo das sanções contratuais aplicáveis pelo eventual descumprimento de prazos.

14.16. A depender das circunstâncias do contrato, pode-se lançar mão do procedimento denominado Recebimento Parcial.

14.17. O Recebimento Parcial consiste na aceitação de parte do objeto que esteja concluído. Para tal é necessário que a parte considerada concluída esteja apta a cumprir sua função precípua.

14.18. A partir da constatação de tal aptidão o Fiscal adotará, para a referida parte, procedimento análogo ao do recebimento provisório.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São responsabilidades da CONTRATADA, além das demais previstas neste Termo de Referência:

I. Responder por todo e qualquer dano que causar à EMBRAPA ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela EMBRAPA, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

II. Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à EMBRAPA o exercício do direito de regresso, eximindo a EMBRAPA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à EMBRAPA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à EMBRAPA.

IV. Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A EMBRAPA obriga-se a:

I. indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da EMBRAPA; II. notificar formalmente a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento contratado, oportunizando justificativa;

III. efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;

IV. indicar o representante da EMBRAPA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato;

V. exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado.

17. SANÇÕES

17.1 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a EMBRAPA poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

a. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a EMBRAPA em virtude de atos ilícitos praticados;

d. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; e. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

f. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

g. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

h. Não mantiver a proposta;

i. Comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;

17.2 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

17.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato objeto desta licitação e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, nos termos estabelecidos na Minuta de Contrato.

18. GARANTIA

18.1 GARANTIA DO OBJETO Conforme condições previstas na Minuta Padrão do Edital.

18.2 GARANTIA CONTRATUAL Conforme condições previstas na Minuta Padrão do Edital.

19. LOCAL DO EMPREENDIMENTO E ENTREGA DO PROJETO

Local do empreendimento: **Campo Experimental de Pacajus da Embrapa Agroindústria Tropical - Rodovia CE-253, Km 42, s/n - Zona Rural, Pacajus - Ceará, CEP 62870-000;**

20. FISCAL DO CONTRATO A fiscalização da execução do objeto será realizada por equipe devidamente nomeada por meio de Ordem de Serviço após a assinatura do contrato.

21. MATRIZ DE RISCOS

# ID	RISCO	FATOR DE RISCO (CAUSA)	EFEITOS E QUEM OS SUPORTA	
			ATRASOS[1]	CUSTOS ADICIONAIS
1	Alterações no objeto contratado (dentro dos limites legais) por fato superveniente	Alteração de requisitos ou critérios normativos ou atualização dos processos ligados a atividade fim da edificação e outros fatos supervenientes	Embrapa	Embrapa
2	Alterações contratuais (dentro dos limites legais) por erros no projeto contratado do objeto licitado	Inconsistências técnicas nos elementos produzidos na etapa de planejamento - Erros de projeto	Embrapa	Embrapa
3	Eventos climáticos extremos	Ocorrência de eventos climáticos pontuais e extremos que impeçam o andamento normal dos serviços em execução e/ou causem danos ao objeto contratado em execução	Embrapa	Contratada por meio de Seguro

4	**Eventos climáticos com incidência acima do previsível para o período**	**Ocorrência de chuvas em volume superior à média histórica para o mês, dependendo do serviços em execução.**	**Embrapa**	**Contratada**
5	**Eventos climáticos com incidência previsível para o período**	**Ocorrência de chuvas em volume igual ou inferior à média histórica para o mês, dependendo do serviços em execução.**	**Contratada**	**Contratada**
6	**Erros de projeto - divergência entre elementos técnicos do objeto em construção.**	**Erro na etapa de planejamento de maneira que seus elementos técnicos determinem soluções diversas para um ou mais serviços da obra**	**Contratada**	**Contratada**
7	**Erros de projeto - subquantificações entre 95% à 99,99% do quantitativo real**	**Erros na planilha orçamentária referencial da Contratante que caracterizem quantitativo diferente do real em até 5%**	**Contratada**	**Contratada**
8	**Erros de projeto - subquantificações abaixo de 95% do real**	**Erros na planilha orçamentária referencial da Contratante que caracterizem quantitativo diferente do real acima de 5%**	**Contratada**	**Embrapa**
9	**Erros de projeto - Omissão de serviço na planilha orçamentária**	**Erros na planilha orçamentária que caracterizem a omissão de determinados serviços necessários para a obra e que estejam contemplados nos demais elementos técnicos do processo de licitação. da etapa de planejamento**	**Contratada**	**Embrapa**
10	**Furtos ou roubos**	**Segurança inadequada no canteiro de obras**	**Contratada**	**Contratada**
11	**Atraso de pagamento de faturas aprovadas pela Fiscalização e em até 30 dias após prazo previsto em contrato.**	**Indisponibilidade orçamentária na Unidade decorrente de deficiência no repasse de recursos financeiros na Unidade**	**Contratada**	**Contratada**
12	**Atraso de pagamento de faturas aprovadas em acima 30 dias após o vencimento do prazo contratual**	**Indisponibilidade orçamentária na Unidade decorrente de deficiência no repasse de recursos financeiros na Unidade**	**Embrapa**	**Embrapa**
13	**Atrasos na execução dos serviços sem justificativa aceita**	**Morosidade na realização das atividades em descumprimento ao programado no cronograma físico-financeiro do empreendimento.**	**Contratada**	**Contratada**
14	**Atrasos dos serviços com justificava aceita**	**Ocorrência de algum fato superveniente que tenha causado o atraso, mas decorrente de pedido da Contratante. cujo atraso seja alocado nesta matriz como de suporte da contratante**	**Embrapa**	**Contratada**
15	**Atrasos na liberação das áreas onde serão executadas as obras**	**Planejamento inadequado e/ou fatos supervenientes ocorridos após a elaboração do planejamento e por falha da Contratante.**	**Embrapa**	**Contratada**
16	**Acréscimos nos volumes de escavação, necessidade de tratamentos especiais com maior consumo de aço ou concreto, ou ainda, mudança na técnica de construção prevista**	**Atividades com alto grau de imprecisão no levantamento de dados nos projetos e elementos técnicos do processo de licitação . inerente para mensuração exata na etapa de planejamento**	**Embrapa**	**Embrapa**
17	**Acréscimos de serviços necessários à estabilização de taludes (maior abatimento, por exemplo); Aumento do comprimento ou volume nas fundações.**	**Atividades com alto grau de imprecisão inerente para mensuração exata na etapa de planejamento**	**Embrapa**	**Embrapa**
18	**Atraso na liberação de licenças sob a responsabilidade do Contratado**	**Atrasos decorrentes de processo externo alheios às partes devidamente comprovado**	**Embrapa**	**Contratada**
19	**Atraso na liberação de licenças sob a responsabilidade do Contratante**	**Atrasos decorrentes de processo externo alheios às partes devidamente comprovado**	**Embrapa**	**Contratada**
20	**Custos e atrasos associados com descobertas arqueológicas ou outras interferências com patrimônio cultural**	**Situações imprevisíveis quando da fase de planejamento**	**Embrapa**	**Embrapa**
21	**Custos de retrabalho e atrasos decorrentes de requisitos de qualidade previstos em projeto e não atingidos pela Contratada**	**Má gestão da Contratada e/ou baixa qualidade dos insumos**	**Contratada**	**Contratada**
22	**Diminuição da lucratividade, perda da performance do fluxo de caixa decorrentes da Inflação e/ou flutuação de câmbio e aumento desproporcional do custo de insumos**	**Variações positivas bruscas no preço de insumos**	**Contratada**	**Contratada**
23	**Restrição de documentação da Contratada**	**Má gestão administrativa da Contratada**	**Contratada**	**Contratada**
24	**Eventos seguráveis caracterizados como força maior ou caso fortuito**	**quaisquer eventos constantes da apólice de seguro padrão exigida no contrato**	**Contratada**	**Contratada por meio de seguro**
25	**Paralisação de máquinas e equipamentos críticos da obra**	**Falta de manutenção ou má conservação ou utilização dos equipamentos**	**Contratada**	**Contratada**
26	**Atrasos no fornecimento de materiais pelo mercado**	**Crise de abastecimento do mercado local**	**Contratada**	**Contratada**
27	**Atraso de serviços de terceiros**	**Morosidade na realização das atividades em descumprimento ao cronograma físico-financeiro do empreendimento**	**Contratada**	**Contratada**
28	**Embargo da obra por órgãos ambientais**	**Embargos decorrentes de situações que não se enquadrem em falha do planejamento ou falhas de operação**	**Embrapa**	**Contratada**
29	**Embargo da obra por órgãos de controle (Fiscalização, SST, TEM, TCU, CGU, etc.)**	**Embargos decorrentes de situações que não se enquadrem em falha do planejamento ou falhas de operação**	**Embrapa**	**Contratada**
30	**Atrasos na solicitação de cadastramento de pessoal autorizado a acessar as Unidades**	**Falta de conhecimento sobre os procedimentos internos para acesso ao local da obra**	**Contratada**	**Contratada**
31	**Acidentes de trabalho com os empregados da Contratada**	**Caso fortuito e/ ou negligência, imperícia ou imprudência da Contratada**	**Contratada**	**Contratada por meio de seguro**
32	**Acidentes ocasionados por terceiros contratados pela Contratada**	**Caso fortuito e/ ou negligência, imperícia ou imprudência da Contratada**	**Contratada**	**Contratada por meio de seguro**

33	Acidentes com danos materiais, psicológicos e físicos causados pela Contratada a outros	Caso fortuito e/ ou negligência, imperícia ou imprudência da Contratada	Contratada	Contratada por meio de seguro
34	Protestos e manifestações sociais	Casos fortuitos	Embrapa	Contratada
35	Problemas de liquidez financeira da Contratada	Problemas na gestão da Contratada	Contratada	Contratada
36	Greves em serviços públicos ou privados que impeçam ou afetem a consecução da obra	Casos fortuitos	Embrapa	Contratada
37	Aumento da DMT da jazida de insumos	Fator externo imprevisível	Contratada	Contratada
38	Aumento da DMT do bota-fora	Fator externo imprevisível	Contratada	Contratada
39	Necessidade de reforço da rede de alta tensão proveniente da concessionária de energia	Fator externo imprevisível caso a aprovação do projeto na concessionária não tenha sido aprovado previamente à execução da obra	Embrapa	Embrapa

[1] - Para os casos em que o efeito denominado "atrasos" for alocado sob a responsabilidade da Contratada esta deverá apresentar plano de recomposição cronológica, considerando o aumento do ritmo de execução das atividades para os meses subsequentes ao que o atraso foi detectado. As medidas corretivas poderão ser negociadas com a Contratada, podendo variar entre o incremento de mão de obra para abertura de novas frentes de trabalho, abertura de novos turnos de trabalho e modificação de especificações que prevejam, sem prejuízo da qualidade da obra, a realização mais ágil de determinadas etapas, tudo em acordo com a equipe gestora do contrato e devidamente formalizado. Já para os casos em que o efeito denominado "atrasos" for alocado sob a responsabilidade da Contratante, a dilação do prazo de execução e do prazo de vigência contratual somente será admitida quando a etapa afetada representar o caminho crítico, conforme metodologia CPM.

22. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Emissor(es)/Elaborador(es)

INTEGRANTE TÉCNICO/ADMINISTRATIVO
Sérgio Robson Vasconcelos Moreira
CNPAT-ENG
Matrícula: 343.422

INTEGRANTE REQUISITANTE
Francisco Justino De Souza
Supervisor do Campo Experimental de Pacajus
Matrícula: 309.165

INTEGRANTE TÉCNICO
Manoel Gevandir Muniz Cunha
CNPAT-ENG
Matrícula: 358.588

23. APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Com base nas justificativas técnicas e nos argumentos apresentados, aprovo este Termo de Referência.

Nome da Autoridade:
Flávio Marcus Falcão Graça Junior
Cargo: Chefe Adjunto de Administração - Embrapa Agroindústria Tropical

24. LOCAL E DATA

Fortaleza - CE, 04 de outubro de 2026.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO

1. Requisito 1

Obra Construção de Guarita, Pavimentação, Muro Frontal com Gradil de Tela e Implantação de Infraestrutura de Segurança de acesso com eclusa no Campo Experimental de Pacajus (C.E.P)
Local: Embrapa Agroindústria Tropical - Campo Experimental de Pacajus - CE-253, Km 42 - Pacajus/CE

Tabelas de Referência: SINAPI 08/2026 S/ Desoneração - SEINFRA 028.1/2026 - Mercado Local

1.0 ADMINISTRAÇÃO

1.1 - SEINFRA I18590 - ENCARREGADO GERAL / MESTRE DE OBRA - H
Material: Profissional com experiência comprovada em execução de obras de edificação e pavimentação, com EPI completo.
Execução: Permanência integral na obra durante todo o período de execução. Controle de equipe, recebimento e conferência de materiais, controle de qualidade dos serviços, acompanhamento de medições, cumprimento do cronograma, observância das normas de segurança do trabalho e interface com a fiscalização.
Medição: Por hora (H) efetivamente trabalhada e comprovada em diário de obra

.2.0 SERVIÇOS PRELIMINARES
2.1 CONSTRUÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS
2.1.1 - SINAPI 98519 - REVOLVIMENTO E LIMPEZA MANUAL DE SOLO - M²
Material: Ferramentas manuais.
Execução: Roçado, destocamento, remoção de vegetação, entulho e camada vegetal na área do canteiro. Remoção de material para local indicado pela fiscalização.
Medição: Por m² de área limpa.
2.1.2 - SEINFRA C0002 - ABRIGO PROVISÓRIO C/ 1 PAVIMENTO P/ ALOJAMENTO E DEPÓSITO - M²
Material: Estrutura em madeira, fechamento em chapa compensada ou similar, cobertura em telha de fibrocimento, piso cimentado, instalações elétricas provisórias, portas e janelas.
Execução: Execução conforme layout aprovado pela fiscalização, com alojamento e depósito separados, ventilação e iluminação adequadas. Manutenção durante toda a obra e desmontagem ao final, com destinação dos materiais.
Medição: Por m² de abrigo executado.
2.1.3 - SEINFRA C2936 - REFEITÓRIOS - M²
Material: Estrutura em madeira, fechamento em chapa, cobertura, mesas e bancos, ponto de água.
Execução: Execução de refeitório em local definido pela fiscalização, com condições de higiene conforme NR-18.
Medição: Por m².
2.1.4 - SEINFRA C2850 - INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DE LUZ, FORÇA, TELEFONE E LÓGICA - UN
Material: Padrão de entrada, quadro provisório, disjuntores, cabos, eletrodutos, tomadas e pontos de lógica.
Execução: Execução de entrada provisória conforme normas da concessionária e NBR 5410. Ligação e manutenção durante a obra.
Medição: Por unidade executada.
2.1.5 - SEINFRA C2946 - SANITÁRIOS E CHUVEIROS - UN
Material: Estrutura em madeira, fechamento em chapa, bacia sanitária, lavatório, chuveiro, caixa de descarga, instalações hidrossanitárias.
Execução: Execução de módulo sanitário com vaso, lavatório e chuveiro, ligado à rede provisória de água e esgoto ou fossa. Manutenção e limpeza periódica.
Medição: Por unidade.
2.1.6 - SEINFRA C2849 - INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DE ESGOTO - UN
Material: Tubos e conexões em PVC esgoto, caixas de passagem.
Execução: Execução de rede provisória de esgoto do canteiro até o ponto de lançamento autorizado, com caixas e declividade mínima.
Medição: Por unidade.
2.1.7 - SEINFRA C2851 - INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DE ÁGUA - UN
Material: Tubos e conexões em PVC soldável, registros, torneiras, reservatório.
Execução: Execução de rede provisória de água fria a partir do ponto indicado, com reservatório e distribuição para o canteiro.
Medição: Por unidade.2.1.8 - SEINFRA C4541 - PLACA PADRÃO DE OBRA, TIPO BANNER - M²
Material: Lona tipo banner com impressão digital, estrutura em madeira ou metalon, conforme modelo padrão Embrapa.
Execução: Instalação em local de fácil visualização, na entrada da obra, com informações de obra, contratante, contratada, responsáveis técnicos e prazos. Fixação rígida e manutenção durante a obra.
Medição: Por m² de placa instalada.
2.2 LOCAÇÃO DA OBRA2.2.1 - SEINFRA C3528 - LOCAÇÃO DA OBRA - EXECUÇÃO DE GABARITO - M²
Material: Pontaletes de madeira, tábuas, pregos, linha de nylon, nível e trena de aço.
Execução: Execução de gabarito em tábuas corridas niveladas em todo o contorno da edificação, com marcação de eixos, alinhamentos e níveis, conferidos pela fiscalização antes de qualquer escavação. Manutenção do gabarito até conclusão da estrutura.
Medição: Por m² de área locada.

2.3 DEMOLIÇÕES E RETIRADAS
2.3.1 - SINAPI 104800 - REMOÇÃO DE CERCAS E MOURÕES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO - M
Material: Ferramentas manuais.
Execução: Remoção manual de cercas e mourões existentes no trecho do portal, sem reaproveitamento. Remoção e carga do material demolido para local de bota-fora.
Medição: Por metro linear removido.

2.3.2 - SINAPI 97628 - DEMOLIÇÃO DE LAJES, EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO - M³ (PORTAL)
Material: Ferramentas manuais, martelete, EPI.
Execução: Demolição manual de lajes de concreto armado do portal, com corte de armadura e fragmentação. Remoção do entulho.
Medição: Por m³ de laje demolida.

2.3.3 - SINAPI 97628 - DEMOLIÇÃO DE LAJES, EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO - M³ (GUARITA E BANHEIRO ATUAIS)
Material: Ferramentas manuais, martelete, EPI.
Execução: Demolição manual de lajes da guarita e banheiro atuais, sem reaproveitamento. Remoção do entulho.
Medição: Por m³ de laje demolida.

2.3.4 - SEINFRA C1074 - DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO - M² (PORTAL, GUARITA ATUAL)
Material: Martelete elétrico, ferramentas manuais.
Execução: Remoção mecanizada de revestimento cerâmico de paredes e pisos, sem reaproveitamento, com limpeza da base.
Medição: Por m² de revestimento removido.

2.3.5 - SINAPI 97625 - DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO - M³ (PORTAL, GUARITA ATUAL E BANHEIRO)
Material: Martelete, pá carregadeira, ferramentas manuais.
Execução: Demolição mecanizada de alvenaria de qualquer tipo de bloco, sem reaproveitamento. Fragmentação e remoção.
Medição: Por m³ de alvenaria demolida.

2.3.6 - SINAPI 97627 - DEMOLIÇÃO DE PILARES E VIGAS EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO - M³ (PORTAL)
Material: Martelete elétrico, ferramentas manuais.
Execução: Demolição mecanizada de pilares e vigas em concreto armado do portal, com corte de armadura. Remoção do entulho.
Medição: Por m³ demolido.

2.3.7 - SEINFRA C1049 - DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES - M³ (SUPORTE DO TRILHO DO PORTÃO)
Material: Martelete, ferramentas manuais.
Execução: Demolição de concreto simples do suporte do trilho do portão existente.
Medição: Por m³ demolido.

2.3.8 - SEINFRA C1066 - DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO - M² (GUARITA ATUAL/BANHEIRO)
Material: Martelete, ferramentas manuais.
Execução: Demolição de piso cimentado sobre lastro de concreto, sem reaproveitamento, com limpeza da base.
Medição: Por m² demolido.

2.3.9 - SEINFRA C1046 - DEMOLIÇÃO DE COBERTURA C/ TELHAS ONDULADAS DE FIBROCIMENTO - M ²
Material: Ferramentas manuais, EPI.
Execução: Retirada de telhas onduladas de fibrocimento, ripas e estrutura de madeira, com descida controlada e remoção para bota-fora.
Medição: Por m² de cobertura demolida.

2.3.10 - SEINFRA C1061 - DEMOLIÇÃO DE LOUÇA SANITÁRIA - UN
Material: Ferramentas manuais.
Execução: Remoção de bacia sanitária, lavatório e acessórios, com fechamento dos pontos de água e esgoto.
Medição: Por unidade removida.

2.3.11 - SEINFRA C2210 - RETIRADA DE PORTAS E JANELAS, INCLUSIVE BATENTES - M²
Material: Ferramentas manuais.
Execução: Retirada de portas e janelas, inclusive batentes, guarnições e ferragens, sem reaproveitamento, com limpeza do vão.
Medição: Por m² de esquadria retirada.

2.3.12 - SEINFRA C2940 - RETIRADA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO OU PEDRA TOSCA - M²
Material: Ferramentas manuais.
Execução: Retirada manual de pavimentação em paralelepípedo ou pedra tosca, com empilhamento do material retirado e limpeza da área.
Medição: Por m² de pavimentação retirada.

2.3.13 - SEINFRA C3373 - RETIRADA DE MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA - M
Material: Ferramentas manuais.
Execução: Retirada manual de meio-fio de pedra granítica, sem reaproveitamento, com limpeza da vala.
Medição: Por metro linear retirado.

3.0 MOVIMENTO DE TERRA (GUARITA)

3.1 ESCAVAÇÕES / ATERROS

3.1.1 - SEINFRA C2784 - ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1ª CAT. PROF. ATÉ 1,50 m - M³
Material: Ferramentas manuais, escoramento se necessário.
Execução: Escavação manual em solo de 1ª categoria até 1,50 m de profundidade para fundações e valas, com taludes e escoramento conforme NR-18, regularização do fundo e manutenção da cava seca.
Medição: Por m³ escavado.

3.1.2 - SEINFRA C0707 - CARGA MANUAL DE TERRA EM CAMINHÃO BASCULANTE - M³
Material: Ferramentas manuais, caminhão basculante.
Execução: Carga manual de terra escavada em caminhão basculante, com aproveitamento de material adequado para reaterro.
Medição: Por m³ carregado.

3.1.3 - SINAPI 94319 - ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO - M³
Material: Solo argilo-arenoso de boa qualidade, isento de matéria orgânica e entulho, água para compactação.
Execução: Lançamento de solo em camadas de até 20 cm, umedecimento e compactação manual com soquete até atingir a cota de projeto.
Medição: Por m³ de aterro executado e compactado.

3.1.4 - SINAPI 100576 - REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - M²
Material: Água para umedecimento, equipamento de compactação.
Execução: Regularização do subleito com escarificação, umedecimento na umidade ótima e compactação até atingir o grau exigido em projeto, com verificação de cota e caimento.
Medição: Por m² regularizado e compactado.

3.1.5 - SEINFRA C2532 - TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 20 KM - M³
Material: Caminhão basculante.
Execução: Transporte de material escavado ou excedente até local de bota-fora licenciado, até 20 km, com carga e descarga.

Medição: Por m³ transportado.

3.1.6 - SINAPI 93382 - REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO - M³

Material: Solo isento de matéria orgânica, compactador de percussão (sapo).

Execução: Reaterro manual de valas em camadas de até 20 cm, com compactação mecânica com compactador de percussão, até a cota de projeto.

Medição: Por m³ reaterrado.

3.1.7 - SEINFRA C2536 - TRANSPORTE HORIZONTAL ATÉ 30 M DE MATERIAIS À GRANEL - M³

Material: Carrinho de mão, ferramentas manuais.

Execução: Transporte horizontal manual de materiais a granel até 30 m, dentro do canteiro.

Medição: Por m³ transportado.

3.2 EXPURGOS3.2.1 - SEINFRA C0708 - CARGA MECANIZADA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE - M³ (DEMOLIÇÕES)

Material: Pá carregadeira, caminhão basculante.

Execução: Carga mecanizada de entulho de demolições em caminhão basculante.

Medição: Por m³ carregado.

3.2.2 - SEINFRA C2533 - TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 5 KM - M³ (DEMOLIÇÕES)

Material: Caminhão basculante.

Execução: Transporte de entulho de demolições até bota-fora licenciado, até 5 km.

Medição: Por m³ transportado.

3.2.3 - SEINFRA C0702 - CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE - M³ (GUARITA)

Material: Ferramentas manuais, caminhão basculante.

Execução: Carga manual de entulho em caminhão basculante.

Medição: Por m³ carregado.

3.2.4 - SEINFRA C2533 - TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 5 KM - M³ (GUARITA)

Material: Caminhão basculante.

Execução: Transporte de entulho da guarita até bota-fora licenciado, até 5 km.

Medição: Por m³ transportado.

4.0 INFRAESTRUTURA GUARITA

4.1.1 - SINAPI 103800 - PEDRA ARGAMASSADA COM CIMENTO E AREIA 1:3, 40% DE ARGAMASSA EM VOLUME - M³

Material: Pedra de mão, cimento Portland, areia média, água.

Execução: Execução de fundação em pedra argamassada com argamassa de cimento e areia traço 1:3, com 40% de argamassa em volume, assentamento de pedras com juntas desencontradas e preenchimento total dos vazios.

Medição: Por m³ executado.

4.1.2 - SINAPI 101166 - ALVENARIA DE EMBASAMENTO COM BLOCO ESTRUTURAL DE CERÂMICA, DE 14x19x29 CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA - M³

Material: Bloco estrutural cerâmico 14x19x29 cm, argamassa de assentamento, betoneira.

Execução: Execução de alvenaria de embasamento com blocos estruturais cerâmicos, com argamassa de assentamento preparada em betoneira, juntas de 10 mm, amarração e nivelamento.

Medição: Por m³ executado.

4.1.3 - SEINFRA C0089 - ANEL DE IMPERMEABILIZAÇÃO C/ ARMAÇÃO EM FERRO - M³

Material: Concreto, aço CA-50, fôrma, aditivo impermeabilizante.

Execução: Execução de cinta de impermeabilização sobre o embasamento, com armação em ferro, concreto e aditivo impermeabilizante, nivelada e desempenada.

Medição: Por m³ executado.

4.1.4 - SINAPI 95241 - LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM - M²

Material: Concreto magro, com fck conforme projeto.

Execução: Execução de lastro de concreto magro com 5 cm de espessura sobre solo regularizado e compactado, nivelado e desempenado.

Medição: Por m² executado.

4.1.5 - SEINFRA C3548 - PISO MORTO DE CONCRETO FCK=13,5 MPa C/ PREPARO E LANÇAMENTO - M³

Material: Cimento, areia, brita, água.

Execução: Execução de piso morto em concreto fck 13,5 MPa, com preparo, lançamento, adensamento e nivelamento.

Medição: Por m³ executado.

4.1.6 - SEINFRA C1399 - FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA, ESP.=12 mm UTIL. 5X - M²

Material: Chapa compensada plastificada 12 mm, pontaletes, sarrafos, pregos, desmoldante.

Execução: Execução de fôrmas planas em chapa compensada plastificada, com travamento, escoramento, nivelamento, prumo e aplicação de desmoldante. Desforma após prazo mínimo conforme NBR 14931.

Medição: Por m² de fôrma executada.

4.1.7 - SEINFRA C0216 - ARMADURA CA-50A MÉDIA D=6,3 A 10,0 mm - KG

Material: Aço CA-50, arame recozido nº 18, espaçadores.

Execução: Corte, dobra e montagem de armadura CA-50 média, conforme projeto estrutural, com amarração, espaçadores e cobrimento mínimo conforme NBR 6118.

Medição: Por kg de aço aplicado.

4.1.8 - SEINFRA C0217 - ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40 mm - KG

Material: Aço CA-60, arame recozido nº 18, espaçadores.

Execução: Corte, dobra e montagem de armadura CA-60 fina, conforme projeto estrutural, com amarração e cobrimento conforme NBR 6118.

Medição: Por kg de aço aplicado.

4.1.9 - SINAPI 94965 - CONCRETO FCK=25 MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L - M³

Material: Cimento Portland, areia média, brita 1, água.

Execução: Preparo mecânico de concreto fck 25 MPa em betoneira 400 L, com controle de traço, slump e tempo de mistura.

Medição: Por m³ de concreto preparado.

4.1.10 - SINAPI 103670 - LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS - M³

Material: Baldes, vibrador de imersão, ferramentas de acabamento.

Execução: Lançamento de concreto com baldes, adensamento com vibrador de imersão, sem segregação, e acabamento com desempenadeira.

Medição: Por m³ lançado e adensado.

5.0 SUPERESTRUTURA GUARITA

5.1 - SEINFRA C1399 - FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA, ESP.=12 mm UTIL. 5X - M²
Material: Chapa compensada plastificada 12 mm, pontaletes, sarrafos, desmoldante.
Execução: Execução de fôrmas para pilares, vigas e lajes, com travamento, escoramento, prumo, nível e desmoldante.
Medição: Por m² de fôrma.

5.2 - SEINFRA C0217 - ARMADURA CA-60 FINA D=3,40 A 6,40 mm - KG
Material: Aço CA-60, arame recozido, espaçadores.
Execução: Corte, dobra e montagem conforme projeto estrutural, com cobrimento conforme NBR 6118.
Medição: Por kg aplicado.

5.3 - SEINFRA C0216 - ARMADURA CA-50A MÉDIA D=6,3 A 10,0 mm - KG
Material: Aço CA-50, arame recozido, espaçadores.
Execução: Corte, dobra e montagem conforme projeto estrutural.
Medição: Por kg aplicado.

5.4 - SEINFRA C0215 - ARMADURA CA-50A GROSSA D=12,5 A 25,0 mm - KG
Material: Aço CA-50, arame recozido, espaçadores.
Execução: Corte, dobra e montagem de armadura grossa conforme projeto estrutural, com amarração e cobrimento conforme NBR 6118.
Medição: Por kg aplicado.

5.5 - SINAPI 94965 - CONCRETO FCK=25 MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L - M³
Material: Cimento, areia média, brita 1, água.
Execução: Preparo mecânico de concreto fck 25 MPa em betoneira, com controle de traço e slump.
Medição: Por m³ preparado.

5.6 - SINAPI 103670 - LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS - M³
Material: Baldes, vibrador de imersão.
Execução: Lançamento, adensamento com vibrador e acabamento de concreto em estruturas.
Medição: Por m³ lançado.

5.7 - SEINFRA C4458 - LAJE PRÉ-FABRICADA TRELIÇADA P/ FÔRRO - VÃO ACIMA DE 4,81 m - M²
Material: Vigotas treliçadas pré-fabricadas, blocos de enchimento, aço de distribuição, concreto fck 25 MPa, escoramento.
Execução: Montagem de laje treliçada com vigotas, blocos, armadura de distribuição e capa de concreto, com escoramento conforme orientação do fabricante e concretagem da capa.
Medição: Por m² de laje executada.

5.8 - SEINFRA C1271 - LOCAÇÃO MENSAL DE ESCORA METÁLICA P/ VIGAS/LAJES - M²
Material: Escoras metálicas tubulares, acessórios.
Execução: Locação, montagem e desmontagem de escoramento metálico para vigas e lajes, com nivelamento e travamento, mantido até a desforma.
Medição: Por m² por mês de locação.

5.9 - SEINFRA C4125 - LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAIME METÁLICO - M²
Material: Andaime metálico tubular, plataformas, acessórios.
Execução: Locação, montagem e desmontagem de andaime metálico, com plataforma e guarda-corpo conforme NR-18, para execução de serviços em altura.
Medição: Por m² por mês de locação.

6.0 PAREDES E PAINÉIS (GUARITA)

6.1 - SEINFRA C0073 - ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19) cm C/ ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10 cm (1:2:8) - M²
Material: Tijolo cerâmico furado 9x19x19 cm, cimento, cal hidratada, areia, água.
Execução: Execução de alvenaria de vedação com tijolo cerâmico furado, argamassa mista traço 1:2:8, juntas de 10 mm, amarração, prumo, nível e esquadro, com encunhamento conforme projeto.
Medição: Por m² de alvenaria executada.

6.2 - SEINFRA C0073 - ALVENARIA DE TIJOLO CERÂMICO FURADO (9x19x19) cm C/ ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP.=10 cm (1:2:8) (PLATIBANDA) - M²
Material: Tijolo cerâmico furado 9x19x19 cm, argamassa mista 1:2:8.
Execução: Execução de alvenaria de platibanda, com prumo, nível e amarração com a estrutura.
Medição: Por m² executado.

6.3 - SINAPI 105021 - VERGA PRÉ-MOLDADA COM ATÉ 1,5 M DE VÃO, ESPESSURA DE 15 CM - M
Material: Verga pré-moldada em concreto, argamassa de assentamento.
Execução: Assentamento de verga pré-moldada sobre vãos de portas e janelas até 1,5 m, com transpasse mínimo de 20 cm de cada lado, nivelada.
Medição: Por metro linear assentado.

6.4 - SINAPI 93199 - CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO COM UTILIZAÇÃO DE BLOCOS CANALETA, ESPESSURA DE 20 CM - M
Material: Blocos canaleta, concreto, aço, argamassa.
Execução: Execução de contraverga moldada in loco com blocos canaleta, armação e concretagem, sob vãos de janelas.
Medição: Por metro linear executado.

6.5 - SINAPI 105029 - CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE 15 CM - M
Material: Concreto fck 20 MPa, aço, fôrma.
Execução: Execução de contraverga moldada in loco em concreto, com fôrma, armação e concretagem, sob vãos de janelas.
Medição: Por metro linear executado.

6.6 - SEINFRA C0773 - CHAPIM PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO - M²
Material: Chapim pré-moldado em concreto, argamassa de assentamento.
Execução: Assentamento de chapim pré-moldado sobre platibanda e muros, com argamassa, nivelamento e rejuntamento, com pingadeira.
Medição: Por m² assentado.

6.7 - SEINFRA C3744 - ALVENARIA DE BLOCO DE CONCRETO (14x19x39) cm C/ ARGAMASSA MISTA DE CAL HIDRATADA ESP=14 cm (MURETA DAS GRADES FRONTAIS) - M²
Material: Bloco de concreto 14x19x39 cm, argamassa mista de cal hidratada.
Execução: Execução de alvenaria de bloco de concreto para mureta das grades frontais, com juntas, prumo e nível.
Medição: Por m² executado.

6.8 - SINAPI 105796 - GRAUTEAMENTO DE JUNTA SUPERIOR DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO (ENCUNHAMENTO), COM GRAUTE fck=15 MPa - M³
Material: Graute fck 15 MPa, água.
Execução: Grauteamento da junta superior de alvenaria de vedação (encunhamento) com graute fck 15 MPa, após 7 dias da execução da alvenaria, com preenchimento total.
Medição: Por m³ de graute aplicado.

7.0 REVESTIMENTOS
7.1 - SEINFRA C0776 - CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.=5 mm P/ (PAREDES INTERNAS E EXTERNAS) - M²
Material: Cimento, areia sem peneirar, água.
Execução: Aplicação de chapisco com argamassa traço 1:3, espessura 5 mm, lançado com colher sobre alvenaria úmida, cobrindo toda a superfície.
Medição: Por m² aplicado.
7.2 - SEINFRA C1220 - EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:3 (PAREDE INTERNO E EXTERNO) - M²
Material: Cimento, areia sem peneirar, água.
Execução: Aplicação de emboço com argamassa traço 1:3, com taliscas, mestras e sarrafeamento, sobre chapisco.
Medição: Por m² aplicado.
7.3 - SEINFRA C4002 - REBOCO C/ ARGAMASSA PRÉ-FABRICADA ESP=20 mm P/ PAREDE (INTERNA) - M²
Material: Argamassa pré-fabricada para reboco, água.
Execução: Aplicação de reboco com argamassa pré-fabricada, espessura 20 mm, sobre emboço, com desempeno e acabamento liso.
Medição: Por m² aplicado.
7.4 - SEINFRA C3408 - REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:3 (PAREDE EXTERNA) - M²
Material: Cimento, areia sem peneirar, água.
Execução: Aplicação de reboco com argamassa traço 1:3 sobre emboço, com desempeno e acabamento.
Medição: Por m² aplicado.
7.5 - SEINFRA C0776 - CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.=5 mm P/ TETO - M²
Material: Cimento, areia sem peneirar, água.
Execução: Aplicação de chapisco traço 1:3, espessura 5 mm, em teto.
Medição: Por m² aplicado.
7.6 - SEINFRA C3023 - EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3 (TETO) - M²
Material: Cimento, areia peneirada, água.
Execução: Aplicação de emboço traço 1:3 com areia peneirada em teto, sobre chapisco, com sarrafeamento.
Medição: Por m² aplicado.
7.7 - SEINFRA C2110 - REBOCO C/ ACABAMENTO LISO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA E ADITIVO IMPERMEABILIZANTE TRAÇO 1:1.5 ESP=5 mm (TETO) - M²
Material: Cimento, areia peneirada, aditivo impermeabilizante, água.
Execução: Aplicação de reboco liso com argamassa traço 1:1.5, espessura 5 mm, com aditivo impermeabilizante, em teto, com desempeno.
Medição: Por m² aplicado.
7.8 - SEINFRA C0776 - CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.=5 mm (PLATIBANDA) - M²
Material: Cimento, areia sem peneirar, água.
Execução: Aplicação de chapisco traço 1:3, espessura 5 mm, em platibanda.
Medição: Por m² aplicado.
7.9 - SEINFRA C3023 - EMBOÇO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3 (PLATIBANDA) - M²
Material: Cimento, areia peneirada, água.
Execução: Aplicação de emboço traço 1:3 com areia peneirada em platibanda, sobre chapisco.
Medição: Por m² aplicado.
7.10 - SEINFRA C3408 - REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:3 (PLATIBANDA) - M²
Material: Cimento, areia sem peneirar, água.
Execução: Aplicação de reboco traço 1:3 em platibanda, sobre emboço, com desempeno.
Medição: Por m² aplicado.
7.11 - SEINFRA C4442 - CERÂMICA ESMALTADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ATÉ 10x10 cm (100 cm²) - DECORATIVA - P/ PAREDE - M²
Material: Cerâmica esmaltada até 10x10 cm, decorativa, argamassa colante pré-fabricada, rejunte.
Execução: Assentamento de cerâmica esmaltada em parede com argamassa colante, com juntas alinhadas, prumo e nível, conforme paginação definida pela fiscalização.
Medição: Por m² assentado.
7.12 - SEINFRA C4128 - TIJOLINHO APARENTE 6,50x18 cm C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3 - M²
Material: Tijolinho aparente 6,50x18 cm, cimento, areia, água.
Execução: Assentamento de tijolinho aparente com argamassa traço 1:3, com juntas de 10 mm, alinhamento, prumo e rejuntamento, com limpeza final.
Medição: Por m² assentado.
7.13 - SEINFRA C4442 - CERÂMICA ESMALTADA C/ ARG. PRÉ-FABRICADA ATÉ 10x10 cm (100 cm²) - DECORATIVA - P/ PAREDES INTERNAS - M²
Material: Cerâmica esmaltada até 10x10 cm, decorativa, argamassa colante pré-fabricada.
Execução: Assentamento de cerâmica esmaltada em paredes internas com argamassa colante, com juntas alinhadas.
Medição: Por m² assentado.
7.14 - SEINFRA C1126 - REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ENTRE 2 mm E 6 mm EM CERÂMICA, ATÉ 10x10 cm (100 cm²) - DECORATIVA (PAREDE/PISO) - M²
Material: Argamassa de rejuntamento pré-fabricada, água.
Execução: Rejuntamento de cerâmica com argamassa pré-fabricada, junta entre 2 mm e 6 mm, com aplicação, limpeza e acabamento.
Medição: Por m² rejuntado.

8.0 IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE8.1 - SEINFRA C2057 - PROTEÇÃO DE SUPERFÍCIES IMPERMEABILIZADAS - M²
Material: Argamassa de cimento e areia, papel kraft ou similar.
Execução: Execução de proteção mecânica sobre superfície impermeabilizada, com argamassa, para proteção contra danos mecânicos.

Medição: Por m² protegido.

8.2 - SEINFRA C2179 - REGULARIZAÇÃO DE BASE C/ ARGAMASSA CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:4 - ESP=3 cm - M²

Material: Cimento, areia sem peneirar, água.

Execução: Execução de regularização de base com argamassa traço 1:4, espessura 3 cm, com caimento para ralos, para recebimento da impermeabilização.

Medição: Por m² regularizado.

8.3 - SINAPI 98546 - IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=4 MM - M²

Material: Manta asfáltica e=4 mm, primer asfáltico, gás.

Execução: Aplicação de primer asfáltico sobre base regularizada e seca, e aplicação de manta asfáltica e=4 mm com maçarico, com transpasse de 10 cm, arremates em ralos e rodapés, e teste de estanqueidade.

Medição: Por m² impermeabilizado.

9.0 PAVIMENTAÇÃO INTERNA9.1 PISOS E CONTRAPISOS9.1.1 - SEINFRA C2864 - LASTRO DE PÓ DE PEDRA - M³

Material: Pó de pedra.

Execução: Execução de lastro de pó de pedra, com espalhamento e compactação.

Medição: Por m³ executado.

9.1.2 - SEINFRA C3410 - CALÇADA DE PROTEÇÃO EM CIMENTADO C/ BASE DE CONCRETO - M²

Material: Concreto, cimento, areia, brita, junta de dilatação.

Execução: Execução de calçada de proteção em cimentado com base de concreto, com juntas de dilatação, caimento e acabamento desempenado.

Medição: Por m² executado.

9.1.3 - SINAPI 95240 - LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 3 CM - M²

Material: Concreto magro.

Execução: Execução de lastro de concreto magro com 3 cm de espessura, sobre solo regularizado, nivelado.

Medição: Por m² executado.

9.1.4 - MERCADO - BARRA DE FERRO (10) PARA TRILHO C/ FIXADORES, ASSENTADA EM CONCRETO PARA TRILHO DO PORTÃO PRINCIPAL, DE CORRER - M

Material: Barra de ferro para trilho, fixadores, concreto.

Execução: Assentamento de barra de ferro para trilho do portão principal de correr, com fixadores, nivelada e alinhada, assentada em concreto, para deslizamento do portão.

Medição: Por metro linear assentado.

9.1.5 - SINAPI 73972/001 - CONCRETO FCK=25 MPa, VIRADO EM BETONEIRA, SEM LANÇAMENTO, PARA TRILHO DO PORTÃO PRINCIPAL, DE CORRER - M³

Material: Cimento, areia, brita, água.

Execução: Preparo de concreto fck 25 MPa virado em betoneira, para base do trilho do portão principal.

Medição: Por m³ preparado.

9.1.6 - SEINFRA C2784 - ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1ª CAT. PROF. ATÉ 1,50 m (TRILHO PORTÃO / VIGA BALDRAME) - M³

Material: Ferramentas manuais.

Execução: Escavação manual em solo de 1ª categoria até 1,50 m para trilho do portão e viga baldrame.

Medição: Por m³ escavado.

9.1.7 - SEINFRA C0830 - CONCRETO CICLÓPICO FCK 15 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO (TRILHO PORTÃO) - M³

Material: Cimento, areia, brita, pedra de mão, água.

Execução: Execução de concreto ciclópico fck 15 MPa com agregado adquirido, para base do trilho do portão, com lançamento e adensamento.

Medição: Por m³ executado.

9.1.8 - SEINFRA C1604 - LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO S/ ELEVAÇÃO (TRILHO PORTÃO) - M³

Material: Ferramentas, vibrador.

Execução: Lançamento e aplicação de concreto sem elevação para trilho do portão, com adensamento e acabamento.

Medição: Por m³ lançado.

9.1.9 - SEINFRA C1399 - FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA PLASTIFICADA, ESP.=12 mm UTIL. 5X (TRILHO PORTÃO) - M²

Material: Chapa compensada plastificada 12 mm, pontaletes, desmoldante.

Execução: Execução de fôrmas planas para trilho do portão, com travamento e nivelamento.

Medição: Por m² de fôrma.

9.1.10 - SINAPI 87248 - REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35x35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M² - M²

Material: Cerâmica esmaltada 35x35 cm, argamassa colante, rejunte.

Execução: Assentamento de cerâmica esmaltada 35x35 cm em piso, com argamassa colante, juntas alinhadas, nível e rejuntamento.

Medição: Por m² assentado.

9.2 SOLEIRAS E PEITORIS9.2.1 - SEINFRA C1869 - PEITORIL DE GRANITO L=15 cm - M

Material: Granito, argamassa de assentamento.

Execução: Assentamento de peitoril de granito largura 15 cm, com argamassa, nivelamento, caimento para fora e rejuntamento.

Medição: Por metro linear assentado.

9.2.2 - SEINFRA C2284 - SOLEIRA DE GRANITO L=15 cm - M

Material: Granito, argamassa de assentamento.

Execução: Assentamento de soleira de granito largura 15 cm, com argamassa, nivelamento e rejuntamento.

Medição: Por metro linear assentado.

10.0 ESQUADRIAS / FERRAGENS

10.1 - SINAPI 94805 - PORTA DE ALUMÍNIO DE ABRIR PARA VIDRO SEM GUARNIÇÃO, 87x210 CM, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS, INCLUSIVE VIDROS - M²

Material: Porta de alumínio de abrir para vidro 87x210 cm, vidro, parafusos, dobradiças, fechadura.

Execução: Fornecimento e instalação de porta de alumínio de abrir para vidro, com fixação com parafusos, prumo, nível, esquadro e funcionamento, inclusive vidros.

Medição: Por m² de porta instalada.

10.2 - SEINFRA 94569 - JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, BATENTE / REQUADRO 3 A 14 CM, VIDRO INCLUSO, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO / ALIZAR, DIMENSÕES 60x80 CM - M²
Material: Janela de alumínio tipo maxim-ar 60x80 cm, vidro, parafusos, silicone.
Execução: Fornecimento e instalação de janela maxim-ar em alumínio, com fixação com parafuso, vedação com silicone, prumo, nível e funcionamento.
Medição: Por m² de janela instalada.

10.3 - SEINFRA C4519 - JANELA EM ALUMÍNIO ANODIZADO PRETO, DE CORRER, SEM BANDEIROLA E/OU PEITORIL, SEM VIDRO - M²
Material: Janela em alumínio anodizado preto de correr, sem vidro, parafusos, roldanas.
Execução: Fornecimento e montagem de janela em alumínio anodizado preto de correr, sem bandeirola e sem peitoril, sem vidro, com fixação, prumo, nível e funcionamento.
Medição: Por m² de janela montada.

10.4 - SEINFRA C2675 - VIDRO COMUM FUME EM CAIXILHOS C/ MASSA E=6 MM, COLOCADO - M²
Material: Vidro comum fumê e=6 mm, massa de vidraceiro.
Execução: Colocação de vidro comum fumê e=6 mm em caixilhos, com massa, calços e acabamento.
Medição: Por m² de vidro colocado.

10.5 - SEINFRA C1360 - FECHADURA COMPLETA PARA PORTA EXTERNA - UN
Material: Fechadura completa para porta externa, com maçaneta, cilindro, chaves, parafusos.
Execução: Instalação de fechadura completa em porta externa, com regulagem e funcionamento.
Medição: Por unidade instalada.

10.6 - SEINFRA C1361 - FECHADURA COMPLETA PARA PORTA INTERNA - UN
Material: Fechadura completa para porta interna, com maçaneta, tranqueta, parafusos.
Execução: Instalação de fechadura completa em porta interna, com regulagem e funcionamento.
Medição: Por unidade instalada.

10.7 - SEINFRA C4557 - PORTÃO DESLIZANTE NYLOFOR, COMPOSTO DE QUADRO, PAINÉIS E ACESSÓRIOS COM PINTURA ELETROSTÁTICA COM TINTA POLIÉSTER, NAS CORES VERDE OU BRANCA, COM POSTE EM AÇO REVESTIDO, COR VERDE OU BRANCA - M²
Material: Portão deslizante Nylofor, quadro, painéis, acessórios, postes em aço revestido, pintura eletrostática com tinta poliéster, cor verde ou branca, roldanas e trilho.
Execução: Fornecimento e montagem de portão deslizante Nylofor, com fixação dos postes, nivelamento, alinhamento e teste de deslizamento.
Medição: Por m² de portão montado.

10.8 - ORSE 9035 - GRADIL NYLOFOR 3D, MALHA 20x5 CM, FIO Ø 5 MM, PAINEL 250x243 CM, PINTURA BRANCA OU VERDE, INCLUINDO POSTES DE SEÇÃO 60x40 MM, ALTURA DE 3,20 M, E ACESSÓRIOS - M²
Material: Gradil Nylofor 3D, malha 20x5 cm, fio Ø 5 mm, painel 250x243 cm, pintura branca ou verde, postes 60x40 mm, altura 3,20 m, acessórios de fixação, concreto para chumbamento.
Execução: Fornecimento e instalação de gradil Nylofor 3D, com postes chumbados em concreto, fixação com acessórios, prumo, nível, alinhamento e tensão.
Medição: Por m² de gradil instalado.

10.9 - SEINFRA C4556 - PORTÃO PIVOTANTE NYLOFOR, COMPOSTO DE QUADRO, PAINÉIS E ACESSÓRIOS COM PINTURA ELETROSTÁTICA COM TINTA POLIÉSTER, NAS CORES VERDE OU BRANCA, COM POSTE EM AÇO REVESTIDO, COR VERDE OU BRANCA (TIPO DE ABRIR 1 FOLHA) - M²
Material: Portão pivotante Nylofor de abrir 1 folha, quadro, painéis, acessórios, postes em aço revestido, pintura eletrostática, dobradiças.
Execução: Fornecimento e montagem de portão pivotante Nylofor, com fixação dos postes, prumo, nível e teste de abertura.
Medição: Por m² de portão montado.

11.0 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

11.1 - SEINFRA C1196 - ELETRODUTO PVC ROSC. INCL. CONEXÕES D=25 mm (3/4") - M
Material: Eletroduto PVC roscável 25 mm, conexões, luvas.
Execução: Instalação de eletroduto PVC roscável 25 mm embutido ou aparente, com conexões, fixação e vedação, conforme NBR 5410.
Medição: Por metro linear instalado.

11.2 - SEINFRA C1183 - ELETRODUTO DE ALUMÍNIO, INCLUSIVE CONEXÕES DE 2" - M
Material: Eletroduto de alumínio 2", conexões.
Execução: Instalação de eletroduto de alumínio 2", com conexões e fixação, conforme NBR 5410.
Medição: Por metro linear instalado.

11.3 - SEINFRA C1165 - DUTO PERFURADO - PERFILADOS CHAPA DE AÇO (38x38) mm - M
Material: Perfilado perfurado em chapa de aço 38x38 mm, acessórios de fixação.
Execução: Instalação de duto perfurado perfilado em chapa de aço, com fixação, nivelamento e alinhamento.
Medição: Por metro linear instalado.

11.4 - SINAPI 39131 - ABRAÇADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1 1/2" E CUNHA DE FIXAÇÃO - M
Material: Abraçadeira tipo D em aço 1 1/2", cunha de fixação.
Execução: Instalação de abraçadeira tipo D para fixação de eletrodutos, com cunha.
Medição: Por metro linear.

11.5 - SEINFRA C0521 - CABO COBRE NU 50 MM² - M
Material: Cabo cobre nu 50 mm².
Execução: Instalação de cabo cobre nu 50 mm² para aterramento / SPDA, com fixação e conexões.
Medição: Por metro linear instalado.

11.6 - SINAPI 1014 - CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM² - M
Material: Cabo de cobre flexível 2,5 mm², 450/750 V, antichama.
Execução: Instalação de cabo de cobre flexível 2,5 mm² em eletroduto, com identificação de circuitos, conforme NBR 5410.
Medição: Por metro linear instalado.

11.7 - SINAPI 91930 - CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - M
Material: Cabo de cobre flexível 6 mm², antichama, 450/750 V.
Execução: Instalação de cabo de cobre flexível 6 mm² para circuitos terminais, em eletroduto, conforme NBR 5410.
Medição: Por metro linear instalado.

11.8 - SEINFRA C4765 - ATERRAMENTO COMPLETO C/ HASTE COPPERWELD 5/8" x 2,40 M - UN
Material: Haste Copperweld 5/8" x 2,40 m, conector, cabo, caixa de inspeção.
Execução: Execução de aterramento completo com haste Copperweld, cravação, conexão, caixa de inspeção e medição da resistência de terra.
Medição: Por unidade executada.
11.9 - SEINFRA C3909 - SOLDA EXOTÉRMICA - UN
Material: Molde, cartucho de solda exotérmica, acessórios.
Execução: Execução de solda exotérmica para conexão de cabos e hastes de aterramento, com limpeza e acabamento.
Medição: Por unidade executada.
11.10 - SEINFRA C4836 - CAIXA EM ALVENARIA TIJOLO FURADO, ESP.=10 cm (30x30x40 cm), FUNDO DE CONCRETO, EXCETO ESCAVAÇÃO E TAMPA - M²
Material: Tijolo furado, cimento, areia, concreto para fundo.
Execução: Execução de caixa em alvenaria tijolo furado 30x30x40 cm, com fundo de concreto, reboco interno, exceto escavação e tampa.
Medição: Por m² de caixa executada.
11.11 - SEINFRA C4837 - CAIXA EM ALVENARIA TIJOLO FURADO, ESP.=10 cm (40x40x60 cm), FUNDO DE CONCRETO, EXCETO ESCAVAÇÃO E TAMPA - UN
Material: Tijolo furado, cimento, areia, concreto para fundo.
Execução: Execução de caixa em alvenaria tijolo furado 40x40x60 cm, com fundo de concreto, reboco interno, exceto escavação e tampa.
Medição: Por unidade executada.
11.12 - SEINFRA C2784 - ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1ª CAT. PROF. ATÉ 1,50 m - M³
Material: Ferramentas manuais.
Execução: Escavação manual em solo de 1ª categoria até 1,50 m para valas elétricas.
Medição: Por m³ escavado.
11.13 - SINAPI 93382 - REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO - M³
Material: Solo isento de matéria orgânica, compactador de percussão.
Execução: Reaterro manual de valas elétricas em camadas, com compactação mecânica.
Medição: Por m³ reaterrado.
11.14 - SINAPI 39138 - ABRAÇADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 3/4" - UN
Material: Abraçadeira tipo U simples em aço 3/4".
Execução: Instalação de abraçadeira tipo U para fixação de eletrodutos.
Medição: Por unidade instalada.
11.15 - SEINFRA C4931 - TOMADA DUPLA DE PISO PARA LÓGICA RJ45, 8 FIOS, CAT-6E, COMPLETA (PLACA/TAMPA EM LATÃO 4"x4", COM 2 CONECTORES, EXCETO CAIXA 4"x4") - UN
Material: Tomada dupla de piso para lógica RJ45 Cat-6E, placa/tampa em latão 4"x4", 2 conectores.
Execução: Instalação de tomada dupla de piso para lógica RJ45 Cat-6E, com placa em latão, conexões e testes de continuidade e certificação.
Medição: Por unidade instalada.
11.16 - SINAPI C1494 - INTERRUPTOR UMA TECLA SIMPLES 10A 250V - UN
Material: Interruptor uma tecla simples 10A 250V, suporte, placa.
Execução: Instalação de interruptor uma tecla simples 10A 250V, com suporte, placa e teste de funcionamento.
Medição: Por unidade instalada.
11.17 - SINAPI 39387 - LÂMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13 - UN
Material: Lâmpada LED tubular bivolt 18/20 W, base G13.
Execução: Instalação de lâmpada LED tubular bivolt 18/20 W, base G13, com teste de funcionamento.
Medição: Por unidade instalada.

11.18 - SEINFRA C5192 - LUMINÁRIA DE SOBREPOR COM CORPO EM CHAPA DE AÇO TRATADA E PINTADA COR BRANCO, SEM ALETAS, REFLETOR C/ ACABAMENTO ESPECULAR DE ALTO BRILHO, P/ DUAS LÂMPADAS FLUORESCENTES TUBULARES T8 DE 32W, REATOR ELETRÔNICO P/ 2x32W - UN
Material: Luminária de sobrepor em chapa de aço, refletor especular, reator eletrônico 2x32W, lâmpadas T8 32W.
Execução: Instalação de luminária de sobrepor para duas lâmpadas T8 32W, com fixação, ligação e teste.
Medição: Por unidade instalada.
11.19 - SINAPI 100902 - LÂMPADA TUBULAR LED DE 9/10 W, COM SOQUETE, BASE G13 - UN
Material: Lâmpada tubular LED 9/10 W, soquete, base G13.
Execução: Fornecimento e instalação de lâmpada tubular LED 9/10 W com soquete, base G13, com teste.
Medição: Por unidade instalada.
11.20 - SEINFRA C4797 - LUMINÁRIA DE EMBUTIR COM 2 LÂMPADAS T8 DE 16W ALETAS PLANAS EM CHAPA DE AÇO PINTADA ELETROSTATICAMENTE REFLETOR EM ALUMÍNIO COMPLETA - UN
Material: Luminária de embutir com 2 lâmpadas T8 16W, aletas planas, refletor em alumínio.
Execução: Instalação de luminária de embutir com 2 lâmpadas T8 16W, com fixação, ligação e teste.
Medição: Por unidade instalada.
11.21 - SINAPI 91996 - TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - UN
Material: Tomada média de embutir 1 módulo 2P+T 10A, suporte, placa.
Execução: Fornecimento e instalação de tomada média de embutir 2P+T 10A, com suporte, placa e teste.
Medição: Por unidade instalada.
11.22 - SEINFRA C2077 - QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EMBUTIR ATÉ 6 DIVISÕES, C/ BARRAMENTO - UN
Material: Quadro de distribuição de luz embutir até 6 divisões, barramento, disjuntores.
Execução: Instalação de quadro de distribuição embutir até 6 divisões, com barramento, fixação, identificação de circuitos e teste.
Medição: Por unidade instalada.
11.23 - SINAPI 93653 - DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - UN
Material: Disjuntor monopolar tipo DIN 10A.
Execução: Fornecimento e instalação de disjuntor monopolar DIN 10A em quadro, com conexão e teste.
Medição: Por unidade instalada.
11.24 - SINAPI 93654 - DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - UN
Material: Disjuntor monopolar tipo DIN 16A.
Execução: Fornecimento e instalação de disjuntor monopolar DIN 16A em quadro, com conexão e teste.
Medição: Por unidade instalada.

11.25 - SINAPI 93663 - DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - UN
Material: Disjuntor bipolar tipo DIN 25A.
Execução: Fornecimento e instalação de disjuntor bipolar DIN 25A em quadro, com conexão e teste.
Medição: Por unidade instalada.
11.26 - SINAPI 93674 - DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DR, CORRENTE NOMINAL DE 25A - UN
Material: Disjuntor bipolar tipo DR 25A.
Execução: Fornecimento e instalação de disjuntor bipolar DR 25A em quadro, com conexão e teste.
Medição: Por unidade instalada.
11.27 - SEINFRA C3478 - VERGALHÃO ROSCA TOTAL DE 3/8" - M
Material: Vergalhão rosca total 3/8", porcas, arruelas.
Execução: Instalação de vergalhão rosca total 3/8" para sustentação de eletrocalhas / perfilados, com fixação e nivelamento.
Medição: Por metro linear instalado.

12.0 INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS / SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
12.1 INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS
12.1.1 - SEINFRA C2595 - TUBO PVC BRANCO P/ ESGOTO D=40 mm (1 1/2") - M
Material: Tubo PVC branco esgoto 40 mm, conexões.
Execução: Instalação de tubo PVC branco para esgoto 40 mm, com juntas soldáveis ou elásticas, declividade mínima, fixação e teste de estanqueidade, conforme NBR 8160.
Medição: Por metro linear instalado.
12.1.2 - SEINFRA C2596 - TUBO PVC BRANCO P/ ESGOTO D=50 mm (2") - M
Material: Tubo PVC branco esgoto 50 mm, conexões.
Execução: Instalação de tubo PVC branco para esgoto 50 mm, com juntas, declividade e teste, conforme NBR 8160.
Medição: Por metro linear instalado.
12.1.3 - SEINFRA C2593 - TUBO PVC BRANCO P/ ESGOTO D=100 mm (4") - M
Material: Tubo PVC branco esgoto 100 mm, conexões.
Execução: Instalação de tubo PVC branco para esgoto 100 mm, com juntas, declividade e teste, conforme NBR 8160.
Medição: Por metro linear instalado.
12.1.4 - SEINFRA C2600 - TUBO PVC BRANCO RÍGIDO ESGOTO D=150 mm (6") - M
Material: Tubo PVC branco rígido esgoto 150 mm, conexões.
Execução: Instalação de tubo PVC branco rígido para esgoto 150 mm, com juntas, declividade e teste, conforme NBR 8160.
Medição: Por metro linear instalado.
12.1.5 - SEINFRA C0953 - COTOVELO PVC SOLD. MARROM D=25 mm (3/4") - UN
Material: Cotovelo PVC soldável marrom 25 mm, adesivo.
Execução: Instalação de cotovelo PVC soldável marrom 25 mm em rede de água fria, com limpeza, adesivo e teste.
Medição: Por unidade instalada.
12.1.6 - SINAPI 89366 - JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM x 3/4" - UN
Material: Joelho 90 graus com bucha de latão PVC soldável 25 mm x 3/4".
Execução: Fornecimento e instalação de joelho 90 graus com bucha de latão em ramal de água fria, com soldagem e teste.
Medição: Por unidade instalada.
12.1.7 - SEINFRA C1564 - JOELHO REDUÇÃO PVC SOLD. MARROM D=25x20 mm (3/4"x1/2") - UN
Material: Joelho redução PVC soldável marrom 25x20 mm, adesivo.
Execução: Instalação de joelho redução PVC soldável 25x20 mm em rede de água fria.
Medição: Por unidade instalada.
12.1.8 - SEINFRA C2381 - TÊ PVC SOLD. MARROM D=25 mm (3/4") - UN
Material: Tê PVC soldável marrom 25 mm, adesivo.
Execução: Instalação de tê PVC soldável 25 mm em rede de água fria.
Medição: Por unidade instalada.
12.1.9 - SINAPI 89744 - JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA - UN
Material: Joelho 90 graus PVC série normal esgoto 100 mm, anel de borracha.
Execução: Fornecimento e instalação de joelho 90 graus PVC esgoto 100 mm, junta elástica, em ramal de descarga ou esgoto.
Medição: Por unidade instalada.
12.1.10 - SINAPI 89724 - JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL - UN
Material: Joelho 90 graus PVC esgoto 40 mm, adesivo.
Execução: Fornecimento e instalação de joelho 90 graus PVC esgoto 40 mm, junta soldável, em ramal de descarga.
Medição: Por unidade instalada.1
2.1.11 - SINAPI 89731 - JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA - UN
Material: Joelho 90 graus PVC esgoto 50 mm, anel de borracha.
Execução: Fornecimento e instalação de joelho 90 graus PVC esgoto 50 mm, junta elástica.
Medição: Por unidade instalada.
12.1.12 - SEINFRA C1549 - JOELHO PVC BRANCO P/ ESGOTO D=100 mm (4") - UN
Material: Joelho PVC branco esgoto 100 mm.
Execução: Instalação de joelho PVC branco esgoto 100 mm, com junta e teste.
Medição: Por unidade instalada.
12.1.13 - SINAPI 89726 - JOELHO 45 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL - UN
Material: Joelho 45 graus PVC esgoto 40 mm.
Execução: Fornecimento e instalação de joelho 45 graus PVC esgoto 40 mm, junta soldável.
Medição: Por unidade instalada.
12.1.14 - SINAPI 89746 - JOELHO 45 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA - UN
Material: Joelho 45 graus PVC esgoto 100 mm.
Execução: Fornecimento e instalação de joelho 45 graus PVC esgoto 100 mm, junta elástica.
Medição: Por unidade instalada.
12.1.15 - SINAPI 89825 - TE, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50x50 MM, JUNTA ELÁSTICA - UN
Material: Tê PVC esgoto 50x50 mm, anel de borracha.
Execução: Fornecimento e instalação de tê PVC esgoto 50x50 mm, junta elástica, em prumada de esgoto ou ventilação.
Medição: Por unidade instalada.
12.1.16 - SINAPI 89796 - TE, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100x100 MM, JUNTA ELÁSTICA - UN

Material: Tê PVC esgoto 100x100 mm.
Execução: Fornecimento e instalação de tê PVC esgoto 100x100 mm, junta elástica, em ramal de descarga.
Medição: Por unidade instalada.

12.1.17 - SEINFRA C0348 - BACIA DE LOUÇA BRANCA C/ CAIXA ACOPLADA - UN

Material: Bacia de louça branca com caixa acoplada, assento, engate flexível, anel de vedação, parafusos.
Execução: Instalação de bacia de louça branca com caixa acoplada, com fixação, vedação, ligação de água e esgoto e teste de funcionamento.
Medição: Por unidade instalada.

12.1.18 - SEINFRA C1619 - LAVATÓRIO DE LOUÇA BRANCA S/ COLUNA C/ TORNEIRA E ACESSÓRIOS - UN

Material: Lavatório de louça branca sem coluna, torneira, sifão, válvula, engate.
Execução: Instalação de lavatório de louça branca sem coluna, com torneira e acessórios, fixação, ligação de água e esgoto e teste.
Medição: Por unidade instalada.

12.1.19 - SEINFRA C1248 - ENVELOPE DE CONCRETO P/ TUBOS PVC ENTERRADO, TIPO C, FCK=13,5 MPa - M³

Material: Concreto fck 13,5 MPa, fôrma.
Execução: Execução de envelope de concreto fck 13,5 MPa para proteção de tubos PVC enterrados, tipo C, com lançamento e adensamento.
Medição: Por m³ executado.

12.1.20 - SINAPI 104348 - TERMINAL DE VENTILAÇÃO, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL - UN

Material: Terminal de ventilação PVC esgoto 50 mm.
Execução: Fornecimento e instalação de terminal de ventilação PVC esgoto 50 mm em prumada de ventilação.
Medição: Por unidade instalada.

12.1.21 - SINAPI 104084 - CAP, PVC OCRE, JUNTA ELÁSTICA, DN 150 MM, PARA COLETOR PREDIAL DE ESGOTO - UN

Material: Cap PVC ocre 150 mm, anel de borracha.
Execução: Fornecimento e instalação de cap PVC ocre 150 mm para coletor predial de esgoto.
Medição: Por unidade instalada.

12.1.22 - SEINFRA C4924 - CAIXA SIFONADA PVC 100x100x50 MM, ACABAMENTO CROMADO (GRELHA OU TAMPA CEGA) - UN

Material: Caixa sifonada PVC 100x100x50 mm, grelha ou tampa cega cromada.
Execução: Instalação de caixa sifonada PVC 100x100x50 mm, com grelha ou tampa cega cromada, nivelada, com ligação de esgoto e teste.
Medição: Por unidade instalada.

12.1.23 - SINAPI 86881 - SIFÃO DO TIPO GARRAFA EM METAL CROMADO 1" x 1.1/2" - UN

Material: Sifão tipo garrafa em metal cromado 1" x 1.1/2".
Execução: Fornecimento e instalação de sifão tipo garrafa em metal cromado, com vedação e teste.
Medição: Por unidade instalada.

12.1.24 - SEINFRA C0095 - APILOAMENTO DE PISO OU FUNDO DE VALAS C/ MAÇO DE 30 A 60 KG - M²

Material: Maço de 30 a 60 kg, água.
Execução: Apiloamento de piso ou fundo de valas com maço de 30 a 60 kg, com umedecimento e compactação.
Medição: Por m² apiloado.

12.1.25 - SEINFRA C0607 - CAIXA EM ALVENARIA (60x60x60 cm) DE 1 TIJOLO COMUM, LASTRO DE CONCRETO E TAMPA DE CONCRETO - UN

Material: Tijolo comum, cimento, areia, concreto para lastro e tampa.
Execução: Execução de caixa em alvenaria 60x60x60 cm de 1 tijolo comum, com lastro de concreto, reboco interno e tampa de concreto.
Medição: Por unidade executada.

12.1.26 - SINAPI 101802 - CAIXA ENTERRADA RETENTORA DE AREIA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 1,00x1,00x1,20 M, EXCLUINDO TAMPÃO - UN

Material: Blocos de concreto, cimento, areia, concreto, tampa.
Execução: Execução de caixa enterrada retentora de areia retangular em alvenaria com blocos de concreto, dimensões internas 1,00x1,00x1,20 m, com fundo, reboco e tampa, excluindo tampão.
Medição: Por unidade executada.

12.1.27 - SEINFRA C1436 - GRELHA DE FERRO P/ CALHAS E CAIXAS - M²

Material: Grelha de ferro, cantoneira, pintura anticorrosiva.
Execução: Fornecimento e instalação de grelha de ferro para calhas e caixas, com fixação e nivelamento.
Medição: Por m² instalado.

12.1.28 - SINAPI 89356 - TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25 MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - M

Material: Tubo PVC soldável 25 mm, conexões, adesivo.
Execução: Fornecimento e instalação de tubo PVC soldável 25 mm em ramal ou sub-ramal de água fria, com soldagem e teste.
Medição: Por metro linear instalado.

12.1.29 - SEINFRA C1553 - JOELHO PVC BRANCO P/ ESGOTO D=50 mm (2") - JUNTA C/ ANÉIS - UN

Material: Joelho PVC branco esgoto 50 mm, anel de borracha.
Execução: Instalação de joelho PVC branco esgoto 50 mm, junta com anéis.
Medição: Por unidade instalada.

12.1.30 - SEINFRA C1729 - LUVA PVC SOLD. MARROM D=25 mm (3/4") - UN

Material: Luva PVC soldável marrom 25 mm, adesivo.
Execução: Instalação de luva PVC soldável marrom 25 mm em rede de água fria.
Medição: Por unidade instalada.

12.1.31 - SEINFRA C0690 - CAP PVC SOLD. MARROM D=20 mm (1/2") - UN

Material: Cap PVC soldável marrom 20 mm, adesivo.
Execução: Instalação de cap PVC soldável marrom 20 mm em rede de água fria.
Medição: Por unidade instalada.

12.1.32 - SEINFRA C2158 - REGISTRO DE GAVETA BRUTO D=25 mm (1") - UN

Material: Registro de gaveta bruto 25 mm, conexões.
Execução: Instalação de registro de gaveta bruto 25 mm em rede de água fria, com vedação e teste.
Medição: Por unidade instalada.

12.1.33 - SEINFRA C2157 - REGISTRO DE GAVETA BRUTO D=20 mm (3/4") - UN

Material: Registro de gaveta bruto 20 mm, conexões.
Execução: Instalação de registro de gaveta bruto 20 mm em rede de água fria, com vedação e teste.
Medição: Por unidade instalada.

12.1.34 - SINAPI 98052 - TANQUE SÉPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,10 M, ALTURA INTERNA = 2,50 M, VOLUME ÚTIL: 2138,2 L (PARA 5 CONTRIBUINTES) - UN
Material: Tanque séptico circular em concreto pré-moldado, Ø 1,10 m, altura 2,50 m, tampa, conexões.
Execução: Fornecimento e instalação de tanque séptico circular pré-moldado, com escavação, assentamento, nivelamento, ligação de entrada e saída e reaterro.
Medição: Por unidade instalada.
12.1.35 - SINAPI 98062 - SUMIDOURO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,88 M, ALTURA INTERNA = 2,00 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 13,1 M² (PARA 5 CONTRIBUINTES) - UN
Material: Sumidouro circular em concreto pré-moldado, Ø 1,88 m, altura 2,00 m, tampa, brita.
Execução: Fornecimento e instalação de sumidouro circular pré-moldado, com escavação, assentamento, enchimento com brita, ligação e reaterro.
Medição: Por unidade instalada.
12.1.36 - SEINFRA C1256 - ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2 M - M³
Material: Ferramentas manuais.
Execução: Escavação manual em campo aberto em terra até 2 m, para tanque séptico e sumidouro.
Medição: Por m³ escavado.
12.1.37 - SEINFRA C2784 - ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1ª CAT. PROF. ATÉ 1,50 m - M³
Material: Ferramentas manuais.
Execução: Escavação manual em solo de 1ª categoria até 1,50 m para valas hidrossanitárias.
Medição: Por m³ escavado.
12.1.38 - SINAPI 100323 - LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 10 CM - M³
Material: Areia média.
Execução: Execução de lastro com material granular (areia média), espessura 10 cm, em pisos ou lajes sobre solo, com espalhamento e compactação.
Medição: Por m³ executado.
12.1.39 - SEINFRA C2921 - REATERRO C/ COMPACTAÇÃO MANUAL S/ CONTROLE, MATERIAL DA VALA - M³
Material: Material da vala, isento de entulho.
Execução: Reaterro com compactação manual sem controle, com material da vala, em camadas.
Medição: Por m³ reaterrado.

12.1.40 - SEINFRA C0707 - CARGA MANUAL DE TERRA EM CAMINHÃO BASCULANTE - M³
Material: Ferramentas manuais, caminhão basculante.
Execução: Carga manual de terra em caminhão basculante.
Medição: Por m³ carregado.
12.1.41 - SEINFRA C2532 - TRANSPORTE DE MATERIAL, EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 20 KM - M³
Material: Caminhão basculante.
Execução: Transporte de material excedente até bota-fora licenciado, até 20 km.
Medição: Por m³ transportado.
12.1.42 - SEINFRA C4595 - CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO CAP. 310 ATÉ 500 L, COM TAMPA - UN
Material: Caixa d'água em polietileno 310 a 500 L, com tampa, conexões, boia.
Execução: Fornecimento e instalação de caixa d'água em polietileno 310 a 500 L, com tampa, fixação, ligação de entrada e saída e teste.
Medição: Por unidade instalada.
12.2 SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
12.2.1 - SEINFRA C4649 - SINALIZAÇÃO PARA EXTINTOR - UN
Material: Placa de sinalização para extintor, conforme NBR 13434.
Execução: Instalação de sinalização para extintor em local visível, na altura normatizada.
Medição: Por unidade instalada.
12.2.2 - SINAPI 101909 - EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PQS DE 6 KG, CLASSE BC - UN
Material: Extintor portátil PQS 6 kg, classe BC, suporte.
Execução: Fornecimento e instalação de extintor de incêndio portátil PQS 6 kg, classe BC, com suporte de parede, em local sinalizado.
Medição: Por unidade instalada.
12.2.3 - SEINFRA C4628 - PLACA EM ALUMÍNIO 20x25 cm C/ VINIL APLICADO EM 1 FACE E FIXAÇÃO COM FITA DUPLA FACE (FORNECIMENTO E MONTAGEM) - PERIGO INFLAMÁVEL - UN
Material: Placa em alumínio 20x25 cm, vinil aplicado em 1 face, fita dupla face.
Execução: Fornecimento e montagem de placa em alumínio 20x25 cm com vinil "Perigo Inflamável", fixada com fita dupla face.
Medição: Por unidade montada.
12.2.4 - SEINFRA C4628 - PLACA EM ALUMÍNIO 20x25 cm C/ VINIL APLICADO EM 1 FACE E FIXAÇÃO COM FITA DUPLA FACE (FORNECIMENTO E MONTAGEM) - PROIBIDO FUMAR - UN
Material: Placa em alumínio 20x25 cm, vinil aplicado em 1 face, fita dupla face.
Execução: Fornecimento e montagem de placa em alumínio 20x25 cm com vinil "Proibido Fumar", fixada com fita dupla face.
Medição: Por unidade montada.
13.0 PINTURA
13.1 - SINAPI 88488 - PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS - M²
Material: Tinta látex acrílica premium, selador, lixa.
Execução: Preparação da superfície com lixamento e limpeza, aplicação de selador e pintura látex acrílica premium manual em teto, em duas demãos, com intervalo de secagem.
Medição: Por m² pintado.
13.2 - SINAPI 88496 - EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL - M²
Material: Massa látex, lixa.
Execução: Aplicação de massa látex em teto, em duas demãos, com lixamento manual entre demãos e limpeza.
Medição: Por m² emassado.
13.3 - SINAPI 102492 - PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR - M²
Material: Tinta acrílica para piso, fundo preparador.
Execução: Preparação do piso, aplicação de fundo preparador e pintura com tinta acrílica, aplicação manual, em 3 demãos.
Medição: Por m² pintado.

13.4 - SEINFRA C3487 - APLICAÇÃO DE LIQUIBRILHO SOBRE PINTURAS, DUAS DEMÃOS (PLATIBANDA) - M²
Material: Liquibrilho, solvente.
Execução: Aplicação de liquibrilho sobre pinturas, em duas demãos, em platibanda, com limpeza e acabamento.
Medição: Por m² aplicado.
14.0 PAVIMENTAÇÕES EXTERNAS
14.1 CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA DE MATERIAL
14.1.1 - SEINFRA C0707 - CARGA MANUAL DE TERRA EM CAMINHÃO BASCULANTE - M³
Material: Ferramentas manuais, caminhão basculante.
Execução: Carga manual de terra em caminhão basculante.
Medição: Por m³ carregado.
14.1.2 - SEINFRA C2533 - TRANSPORTE DE MAT., EXCETO ROCHA EM CAMINHÃO ATÉ 5 KM - M³
Material: Caminhão basculante.
Execução: Transporte de material, exceto rocha, em caminhão até 5 km, com carga e descarga.
Medição: Por m³ transportado.
14.1.3 - SEINFRA C0708 - CARGA MECANIZADA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE (DEMOLIÇÕES) - M³
Material: Pá carregadeira, caminhão basculante.
Execução: Carga mecanizada de entulho em caminhão basculante.
Medição: Por m³ carregado.
14.2 ESCAVAÇÕES
14.2.1 - SEINFRA C1256 - ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2 M - M³
Material: Ferramentas manuais.
Execução: Escavação manual em campo aberto em terra até 2 m para pavimentação externa.
Medição: Por m³ escavado.
14.2.2 - SEINFRA C3208 - ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL 1-CAT. - M³
Material: Escavadeira, caminhão.
Execução: Escavação e carga de material de 1ª categoria, com equipamento.
Medição: Por m³ escavado e carregado.
14.3 ATERRO, REATERRO E COMPACTAÇÃO
14.3.1 - SEINFRA C0928 - CORTE E ATERRO COMPENSADO S/ CONTROLE DO GRAU DE COMPACTAÇÃO - M³
Material: Material do próprio corte, água.
Execução: Execução de corte e aterro compensado sem controle do grau de compactação, com espalhamento e compactação.
Medição: Por m³ executado.
14.3.2 - SEINFRA C0822 - COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE CALÇAMENTO C/ ROLO LISO - M²
Material: Rolo liso, água.
Execução: Compactação mecânica de calçamento com rolo liso, com umedecimento e passadas até atingir a compactação exigida.
Medição: Por m² compactado.
14.4 PAVIMENTAÇÕES
14.4.1 - SEINFRA C2895 - PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) - M²
Material: Pedra tosca, areia, cimento, água.
Execução: Execução de pavimentação em pedra tosca com rejuntamento, com agregado adquirido, sobre base regularizada, com assentamento, rejuntamento com argamassa e compactação.
Medição: Por m² pavimentado.
14.4.2 - SINAPI 94273 - ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100x15x13x30 CM - M
Material: Guia (meio-fio) em concreto pré-fabricado 100x15x13x30 cm, argamassa, areia.
Execução: Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, em concreto pré-fabricado, com alinhamento, nivelamento, rejuntamento e escoramento.
Medição: Por metro linear assentado.
14.4.3 - SEINFRA C2864 - LASTRO DE PÓ DE PEDRA (Esp=20 CM) - M³
Material: Pó de pedra.
Execução: Execução de lastro de pó de pedra com espessura de 20 cm, com espalhamento e compactação.
Medição: Por m³ executado.
14.4.4 - SEINFRA C2864 - LASTRO DE PÓ DE PEDRA (Esp=15 CM) - M³
Material: Pó de pedra.
Execução: Execução de lastro de pó de pedra com espessura de 15 cm, com espalhamento e compactação.
Medição: Por m³ executado.
14.4.5 - SINAPI 100574 - ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS - M³
Material: Trator de esteiras.
Execução: Espalhamento de material com trator de esteiras, com nivelamento.
Medição: Por m³ espalhado.
14.4.6 - SEINFRA C2032 - REGULARIZAÇÃO MECANIZADA ATÉ 0,40 M, COMPACTADA P/ PAVIMENTAÇÃO - M²
Material: Motoniveladora, rolo compactador, água.
Execução: Regularização mecanizada até 0,40 m, compactada para pavimentação, com escarificação, umedecimento e compactação.
Medição: Por m² regularizado.
14.4.7 - SINAPI 104658 - PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA - M²
Material: Piso podotátil de alerta ou direcional em concreto, argamassa colante, rejunte.
Execução: Assentamento de piso podotátil de alerta ou direcional em concreto sobre argamassa, conforme NBR 9050, com alinhamento, nível e rejuntamento.
Medição: Por m² assentado.
14.4.8 - SEINFRA C3782 - PISO PRÉ-MOLDADO ARTICULADO E INTERTRAVADO DE 16 FACES - e=8,0 cm (35 MPa) P/ TRÁFEGO PESADO - M²
Material: Piso pré-moldado articulado e intertravado de 16 faces, e=8,0 cm, 35 MPa, pó de pedra, areia para rejuntamento.
Execução: Assentamento de piso intertravado de 16 faces, e=8,0 cm, para tráfego pesado, sobre lastro de pó de pedra, com rejuntamento com areia, compactação com placa vibratória e acabamento.
Medição: Por m² assentado.
14.4.9 - SEINFRA C3410 - CALÇADA DE PROTEÇÃO EM CIMENTADO C/ BASE DE CONCRETO (ECLUSA) - M²
Material: Concreto, cimento, areia, brita, junta de dilatação.

Execução: Execução de calçada de proteção em cimentado com base de concreto para eclusa, com juntas, caimento e acabamento desempenado.
Medição: Por m² executado.

15.0 LIMPEZA FINAL

15.1 - SEINFRA C3447 - LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA - M²

Material: Vassoura, água, ferramentas manuais.
Execução: Limpeza de piso em área urbanizada, com varrição, remoção de entulho e resíduos, e lavagem.
Medição: Por m² limpo.

15.2 - SINAPI 99802 - LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM VASSOURA A SECO - M²

Material: Vassoura, pano.
Execução: Limpeza de piso cerâmico ou porcelanato com vassoura a seco, com remoção de poeira e resíduos, sem danificar o piso.
Medição: Por m² limpo.

2. Requisito 2

SOBRE A GARANTIA DO OBJETO

1.0. SOBRE A GARANTIA DO OBJETO, ALÉM DAS PRINCIPAIS LEIS E NORMAS QUE REGULAM A GARANTIA DE OBRAS EXECUTADAS NO BRASIL, NOS CASOS CÓDIGO CIVIL (LEI Nº 10.406/2002) E SEUS ARTIGOS E PARAGRAFO, O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC (LEI Nº 8.078/1990) E A NORMA TÉCNICA DA ABNT (NBR 17170), TEMOS QUE ENFATIZAR:

2.0. Indicação de marcas ou modelos

2.0.1. Na presente contratação será(ão) exigida(s) a(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), conforme permitido pelo inciso I, art. 47 da Lei Federal nº 13.303/2016, considerando a justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar, para produtos que possam ser aferidos como sendo de qualidade de referência ou que possua, ou similar ou de melhor qualidade.

2.0.2. Como o foco é estabelecer referências de mercado para a aplicação do Art. 47 da Lei 13.303/2016 (marcas de referência que servem de parâmetro de qualidade), apresento uma lista baseada nos fabricantes nacionais de maior prestígio técnico, amplamente aceitos e exigidos pela engenharia civil no Brasil:

2.0.2.1.Cabos Elétricos

- **Prysmian (Grupo Prysmian): Líder global e referência máxima em segurança e projetos de grande porte (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **SIL Cabos Elétricos: Altamente consagrada no mercado nacional, com forte presença em obras comerciais e residenciais (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Cobrecom / Corfio: Marcas nacionais com excelente pureza de cobre e rigor técnico normativo, [1, 2, 3, 4], (ou similar ou de melhor qualidade);**

2.0.2.2. Barras de Aço para Estrutura em Concreto (Vergalhões CA-50 / CA-60)

- **Gerdau: A principal referência nacional em aços longos e vergalhões para concreto armado (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **ArcelorMittal: Fornecedora de alta tecnologia e vergalhões de extrema resistência para grandes estruturas (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Belgo Arames: Sinônimo de qualidade técnica em telas, cordoalhas e soluções de armação, [1, 2, 3, 4], (ou similar ou de melhor qualidade);**

2.0.2.3. Fabricante de Tubos e Conexões

- **Tigre: Líder absoluta de mercado e a marca mais utilizada como padrão de referência hidráulica e de esgoto no Brasil (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Amanco Wavin: Principal concorrente técnica da Tigre, oferece soluções completas de alta tecnologia para infraestrutura, incluindo linhas em PPR (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Krona / Fortlev: Excelentes alternativas de padrão técnico normatizado, com forte competitividade, [1, 2, 3, 4], (ou similar ou de melhor qualidade);**

2.0.2.4. Mantas Asfálticas (E=4mm)

- **Vedacit: Referência histórica em impermeabilização no Brasil (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Viapol: Amplamente especificada em projetos de engenharia para áreas industriais e grandes lajes (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Sika: Multinacional conhecida pela alta performance química e durabilidade de suas mantas de 4mm (ou similar ou de melhor qualidade);**

2.0.2.5.. Cimento

- **Votorantim Cimentos (Votoran / Itaú / Poty): A maior referência técnica e de distribuição no país (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Cimento Cauê / Cimento Nacional: Marcas de alta estabilidade em traço e resistência (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **InterCement (Zebu / Cauê): Muito utilizada em obras de infraestrutura estrutural (ou similar ou de melhor qualidade);**

2.0.2.6. Tintas (Linhas Imobiliárias Premium)

- **Suvinil (BASF): Referência em cobertura, durabilidade e catálogo tecnológico de cores (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Coral (AkzoNobel): Padrão internacional de qualidade com excelente rendimento e lavabilidade (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Sherwin-Williams / Lukscolor: Marcas premium de altíssimo desempenho técnico para áreas internas e externas, [1, 2, 3], (ou similar ou de melhor qualidade);**

2.0.2.7. Lâmpadas e Iluminação (Tecnologia LED)

- **Philips (Signify): A maior referência em eficiência energética, durabilidade e garantia técnica (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Osram (Ledvance): Padrão industrial e comercial de alta confiabilidade (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Stella / Taschibra: Excelentes marcas nacionais focadas em design aliado à eficiência técnica (ou similar ou de melhor qualidade);**

2.0.2.8. Fechaduras de Portas

- **Papaiz (Grupo ASSA ABLOY): Referência de mercado em segurança e engenharia de cilindros (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Pado: Líder nacional em volume com excelente durabilidade de acabamento e maquinário (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Yale / Stam: Padrão consolidado no mercado residencial e comercial de médio/alto fluxo (ou similar ou de melhor qualidade);**

2.0.2.9. Cerâmicas e pré-moldados (Segmento Popular com Qualidade Reconhecida)

- **Pointer (Grupo Portobello): Design e tecnologia Portobello aplicados a uma linha voltada para o mercado popular/intermediário com alta resistência (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Lume Cerâmica / Cristofoletti: Conhecidas pela excelente relação custo-benefício em grandes volumes sem abrir mão do padrão técnico de quebra e PEI (resistência ao desgaste), (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Cerâmica Carmelo Fior (Cecafi / Fioranno): Uma das maiores produtoras do país no segmento acessível, com processos automatizados modernos (ou similar ou de melhor qualidade);**
- **Propostes - Premoldados em concreto: Principais fabricantes e fornecedores de pré-moldados e postes de concreto em Fortaleza e Região Metropolitana (ou similares superiores);**
- **Jotadois Premoldados: Principais fabricantes e fornecedores de pré-moldados e postes de concreto em Fortaleza e Região Metropolitana (ou similares superiores);**

3.0. Para os itens/produtos citados, será exigido Certificação de Qualidade do Produto (ou do Processo de Fabricação) devido, se for o caso, com a inclusão da justificativa, conforme recomenda o art. 71, IV, do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa).

3.0.1. O objeto a ser ofertado deverá atender aos padrões usuais de mercado, com identificação clara, quando aplicável, do fabricante, marca, modelo e demais características e especificações técnicas essenciais que permitam à Embrapa aferir seu padrão de qualidade e desempenho.

3.0.2. A empresa fornecedora será responsável pela substituição, troca ou reposição de quaisquer materiais que sejam entregues com defeitos, danificados ou que não atendam às especificações estabelecidas neste termo de referência.

3.0.3. Serão rigorosamente observados os prazos de validade indicados pelos fabricantes. Não serão aceitos materiais com validade vencida ou data de fabricação defasada, que comprometam sua plena utilização.

3.0.4. Os produtos a serem entregues devem ter sido fabricados no mesmo ano da emissão da Autorização de Fornecimento, exceto para aqueles com validade de até 12 meses, os quais devem apresentar, no mínimo, 50% de sua validade restante.

Art.47 da Lei 13.303/2016, Parágrafo único. O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, a adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou a certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

3. Requisito 3

Nota explicativa: Na Obra de Construção de Guarita, Pavimentação, Muro Frontal com Gradil de Tela e Implantação de Infraestrutura de Segurança de Acesso com Eclusa no Campo Experimental de Pacajus (C.E.P) devem ser observados requisitos de sustentabilidade ambiental conforme Plano de Gestão Logística Sustentável da Embrapa - PLS e a legislação aplicável, como, por exemplo: Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 (Agrotóxicos); Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001(Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia), Normas do CONAMA, IBAMA, INMETRO, entre outras.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO (SE APLICÁVEIS)

A execução dos serviços de construção da nova guarita, recuo e reconstrução do muro frontal com instalação de gradil metálico, bem como a implantação de pavimentação em blocos intertravados de concreto (bloquetes) e pedra tosca, poderá ocasionar impactos ambientais localizados e temporários, inerentes às atividades de construção civil.

Os principais impactos ambientais potencialmente associados à intervenção e as respectivas medidas de prevenção, controle e mitigação são:

a) Geração de resíduos da construção civil: decorrente dos serviços de demolição, escavação, remoção de materiais, execução de alvenarias, estruturas de concreto e pavimentação. Como medida de tratamento, os resíduos deverão ser segregados, acondicionados e destinados adequadamente, observando-se a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações, priorizando-se a reutilização e a reciclagem sempre que tecnicamente viáveis. Os materiais sem possibilidade de reaproveitamento deverão ser encaminhados a locais devidamente licenciados ou autorizados.

b) Emissão de poeira e material particulado: poderá ocorrer durante os serviços de demolição, escavação, movimentação de solo, transporte e manuseio de materiais. Para minimizar esse impacto, deverão ser adotadas medidas como umidificação dos locais de trabalho, quando necessário, cobertura de cargas transportadas e organização das áreas de armazenamento de materiais.

c) Emissão de ruídos e vibrações: decorrente da utilização de máquinas, ferramentas elétricas, equipamentos e veículos durante a execução dos serviços. Deverão ser utilizados equipamentos em boas condições de funcionamento, com manutenção adequada, restringindo-se as atividades mais ruidosas aos horários permitidos e observando-se os limites legais aplicáveis.

d) Alteração temporária do solo e da drenagem superficial: os serviços de escavação, regularização e compactação do terreno, bem como a execução das pavimentações, poderão modificar temporariamente as condições de escoamento das águas pluviais. Deverão ser preservadas as condições adequadas de drenagem, evitando-se o acúmulo de água, o carreamento de sedimentos e a obstrução de dispositivos de escoamento existentes.

e) Consumo de recursos naturais: a execução da obra demandará materiais como areia, brita, cimento, concreto, blocos de concreto, pedra tosca, água e outros insumos da construção civil. Deverá ser priorizada a aquisição de materiais de fornecedores

regulares, observando-se, sempre que aplicável, a comprovação de sua procedência legal, além do uso racional da água e dos materiais, evitando-se desperdícios.
f) Risco de contaminação do solo e das águas: poderá ocorrer em razão de vazamentos acidentais de combustíveis, óleos, graxas, tintas ou outros produtos utilizados na obra. Para prevenir esse impacto, os produtos deverão ser armazenados em locais apropriados, protegidos contra intempéries, e eventuais resíduos ou derramamentos deverão ser recolhidos e destinados adequadamente, sendo vedado o descarte diretamente no solo, nas redes de drenagem ou em corpos hídricos.
g) Interferência temporária no ambiente e nas atividades locais: a movimentação de trabalhadores, veículos e materiais poderá ocasionar transtornos temporários à circulação e ao funcionamento das instalações existentes. Deverão ser adotadas medidas de isolamento e sinalização das áreas de intervenção, organização do canteiro e controle de acesso, garantindo condições adequadas de segurança e circulação.
Considerando a natureza, o porte e a localização da intervenção, os impactos ambientais previstos são predominantemente localizados, temporários e passíveis de controle mediante a adoção das medidas preventivas e mitigadoras descritas.
Dessa forma, desde que observadas as exigências ambientais aplicáveis, as normas técnicas pertinentes e as boas práticas de execução de obras, não se identificam, em princípio, impactos ambientais significativos que constituam impedimento à realização da intervenção.

e

ANEXO VII – MODELO PARA A PROPOSTA

Licitação Embrapa nº 90120/2026

Processo Administrativo nº 21153.002482/2026-14

Objeto: OBRA P/ CONSTRUÇÃO DE GUARITA E PAVIMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA NO C.E.P

Dados do Licitante

Razão Social: [Nome da Empresa]

CNPJ: [Número do CNPJ]

Endereço: [Endereço Completo]

Telefone: [Número de Telefone]

E-mail: [E-mail de Contato]

Responsável pela Proposta: [Nome do Responsável]

Cargo: [Cargo do Responsável]

Preço: R$_____(valor por extenso)

Declarações

Declaramos que os preços acima incluem todos os custos e despesas necessários para a execução integral do objeto desta licitação, conforme especificações do Termo de Referência.

Declaramos que estamos cientes e de acordo com todas as condições contidas no Edital e seus anexos.

Declaramos que cumprimos todos os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

Prazo de Validade da Proposta:

A presente proposta tem validade de 90 (noventa) dias a contar da data prevista para abertura da sessão pública.

Fazem parte integrante desta Proposta os seguintes Anexos:

- ANEXO IV - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA
- ANEXO V - COMPOSIÇÃO DE BDI
- ANEXO VI - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Assinatura

[Nome do Responsável]

[Cargo do Responsável]

[Nome da Empresa]

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

....., ... de..... de .....

.....

Assinatura do representante legal da Empresa

ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE _____,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - Embrapa E A _____.

A **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa** , empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária, instituída por força do disposto na Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, com Estatuto aprovado pela 8ª Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 24 de abril de 2024 e publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 25 de abril de 2024, Edição nº 80, Seção 1, página 16, consoante parágrafo único do artigo 72 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por intermédio de sua Unidade denominada __ _ __ __ __, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____ __ __ _ __, sediada em _ __ __ __ __ __, __ __ __ __ __ __ __, doravante designada simplesmente **Embrapa**, neste ato representada pelo seu(a) (Chefe Adj. de Administração ou Gerente de Contratação e Infraestrutura) __ __ __ __ __ __ __, Sr.(a) __ __ __ __ __ __ __ __, portador(a) da Cédula de Identidade nº __ __ __ __, órgão expedidor __ __ __ e do CPF/MF nº __ _ __ __, e por seu(a) (Supervisor(a) da Área de Compras ou Supervisor(a) de Gestão de Contratos Administrativos e Convênios), __ __ __ __ __ __ __ __ , Sr.(a) __ __ __ __ __ __ __, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ __ __, órgão expedidor ____ __ __, todos no exercício da competência delegada por força da Deliberação n ° __, de __/__/___; e, de outro lado, de outro lado, a sociedade empresária _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº_____ / _____ - ____ sediada em (Cidade/Estado) _____, endereço: _____, neste ato representada por (cargo)_____, (nome)_____, inscrita no CPF sob o n°_____, doravante designada simplesmente CONTRATADA, resolveram celebrar o presente Contrato de _____**,** que se regerá pela da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios, disponível no endereço eletrônico https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos e também por meio do link para acesso direto ao documento, e pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente Instrumento tem por objeto **Obra de** _____ que será executado nas condições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência/Projeto Básico (Anexo I) e na proposta apresentada, que vinculam as partes, independentemente de transcrição.

1.1 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência/Projeto Básico;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta do contratado;

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2. O presente contrato fundamenta-se na Lei n.º 13.303/2016, na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, e no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios, Norma nº 037.011.003.001, aprovado pela RC Nº 172 - BCA 34/2018 (Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, parte integrante deste instrumento e disponível no endereço eletrônico https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos e também por meio do link para acesso direto ao documento.) e vincula-se para todos os fins de direito ao processo de contratação SEI nº _____ e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3. Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, no Projeto Básico/Termo de Referência em seus anexos, na legislação vigente correlata à presente contratação, das normas técnicas que estabeleçam padrões de execução do objeto contratual, constituem obrigações da CONTRATADA:

I. Prestar os serviços nos prazos estabelecidos neste Contrato, conforme cronograma de execução estabelecido.

II. Prestar os serviços contratados nos locais e nos horários definidos neste contrato e/ou pela equipe de gestão/fiscalização contratual.

III. Iniciar a execução dos serviços no prazo definido neste contrato ou no prazo definido pela fiscalização/gestão contratual .

IV. Prestar os serviços observando, sempre, as condições técnicas e empregando os materiais especificados no Termo de Referência/Projeto Básico, neste contrato e na proposta apresentada.

V. Não alterar a qualidade, a técnica ou o modo de execução do serviço sem prévia concordância da Embrapa e, se for o caso, sem a celebração de Termo Aditivo.

VI. Não substituir materiais e equipamentos a serem empregados no serviço, que tenham sido definidos no Termo de Referência/Projeto Básico, neste contrato e na proposta apresentada, sem prévia concordância da Embrapa e, se for o caso, sem a celebração de Termo Aditivo.

VII. Não subcontratar serviços, em desrespeito às regras estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência/Projeto Básico.

VIII. Somente subcontratar parcelas do serviço até o limite admitido, em cada caso, conforme previsto no no Termo de Referência/Projeto Básico e neste contrato, observados os requisitos do artigo 78 da Lei 13.303/2016.

IX. Manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação e a ausência de impedimentos exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pela Embrapa.

X . Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a Embrapa, bem como a eventual perda dos

pressupostos para a licitação.

XI. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

XII. Repassar à Embrapa e aos seus empregados, todas as informações necessárias sobre o serviço, visando seu melhor aproveitamento, manutenção e conservação.

XIII. Facilitar a ação da Fiscalização contratual, fornecendo informações ou provendo acesso à documentação e aos serviços em execução e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas.

XIV. Manter representante específico, capacitado e devidamente credenciado para responder pela direção dos serviços perante a Embrapa.

XV. O representante credenciado como profissional técnico responsável, se for o caso, deverá ser aquele indicado para fins de comprovação da capacidade técnico profissional, ficando sua substituição sujeita, à aprovação formal pela Embrapa.

XVI. Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir no total ou em parte, às suas expensas e nos prazos estipulados pela Fiscalização, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo aquele já registrado em Relatório de Medição ou já tenha sido recebido pela Fiscalização deste Contrato.

XVII. Caso seja necessária a remoção e substituição de bens ou materiais associados ao serviço contratado, a CONTRATADA deverá fazê-lo no local em que o bem ou material tiver sido disponibilizado à Embrapa, conforme estabelecido no Contrato.

XVIII. Garantir os serviços realizados pelo período mínimo estabelecido na legislação brasileira, independentemente do término do Contrato, salvo se prazo maior tiver sido exigido no Termo de Referência/Projeto Básico e/ou proposto pela CONTRATADA.

XIX. Cumprir os preceitos legais e as decisões das autoridades constituídas, sendo a única responsável por sua inobservância.

XX. Reparar todos os danos e prejuízos causados à Embrapa ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte da Embrapa.

XXI. Assumir a responsabilidade integral por quaisquer ônus que venham a ser impostos à Embrapa em virtude de documento fiscal que seja emitido em desacordo com a legislação aplicável.

XXII. Obter as licenças, autorizações, certidões e/ou outros instrumentos previstos na legislação, de sua responsabilidade, necessários à execução dos serviços, se o contrario não tiver sido estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

XXIII. Preservar e manter a Embrapa a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de ação ou omissão sua, de seus empregados ou de suas subcontratadas.

XXIV. Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa da mão de obra, necessária à execução dos serviços contratados, como única e exclusiva responsável pelo bom comportamento e eficiência de seus empregados e subcontratados.

XXV. Abster-se de utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão de obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República, nem utilizar mão de obra em condição análoga à de escravo, bem como fazer constar cláusula específica nesse sentido nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de multa ou rescisão deste Contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.

XXVI. A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitada, a documentação comprobatória do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS.

XXVII. Responsabilizar-se por todas e quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, oriundas da execução do objeto contratual, arcando com todos os custos e despesas relativos aos processos administrativos, judiciais e arbitrais, em qualquer instância ou tribunal, que venham a ser ajuizadas em face da Embrapa, assumindo, em juízo ou fora dele, toda a responsabilidade relacionada a estas obrigações, resguardando os interesses da Embrapa, prestando, inclusive, as garantias necessárias a sua desoneração.

XXVIII. Restituir à Embrapa o valor que lhe for imputado em condenação, proferida pelo Poder Judiciário, por Juízo Arbitral ou outras instâncias competentes, a título de obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e dos depósitos de FGTS referentes aos empregados da CONTRATADA. O referido valor será acrescido de todos os acessórios, tais como despesas processuais, honorários advocatícios, despesas extrajudiciais, correção monetária e juros.

XXIX. Caso, para a execução dos serviços, empregados, prepostos ou subcontratados autorizados pela Embrapa, devam ingressar nas dependências da Embrapa, a Contratada deverá certificar-se de:

a) respeitar e cumprir as Normas Administrativas Internas em vigor na Embrapa;

b) garantir que nenhum empregado de seu quadro, preposto ou empregado/preposto de subcontratado, por ação ou omissão, oculte, participe da ocultação ou tolere que seja ocultado acidente de trabalho ocorrido em decorrência da execução deste Contrato;

c) apresentar à Fiscalização relação nominal de todos os empregados que executarão os serviços, bem como comunicar, por escrito, qualquer alteração ocorrida nessa relação;

d) fornecer crachá de identificação a todo empregado/preposto e subcontratado que ingressar nas instalações da Embrapa e garantir que sejam utilizados por todo tempo que estiverem dentro das dependências da Embrapa.

XXX. Substituir, sempre que determinado pela fiscalização contratual, no prazo determinado na notificação, todo empregado, preposto, subcontratado ou empregado de subcontratado, que se mostrar incompatível ou inconveniente à Embrapa.

XXXI. Não admitir, durante a execução do contrato, administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) da Embrapa detentor(a) de função de confiança:

a) que autorizou a contratação;

b) que assinou o contrato;

c) responsável pela demanda;

d) responsável pela contratação;

e) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda;

f) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

XXXII. Providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando à Embrapa, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se a CONTRATADA, quando optante:

a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste Contrato; ou

b) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006.

XXXIII. Designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento.

XXXIV. Impedir a participação, direta ou indireta, de empregado ou dirigente da Embrapa na execução do objeto do Contrato.

XXXV. Manter, durante toda a execução do Contrato, preposto com poderes de receber correspondência, notificações, citações e todos os atos necessários à gestão do serviço, processamento de pagamento, glosas e processo de apuração e aplicação de penalidades.

XXXVI. Manter todos os endereços, telefones e e-mails atualizados.

XXXVII. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

XXXVIII. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

XXXIX. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

XL. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, na forma do artigo 618 da Lei nº 10.406/2002.

XLI. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de:

a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

c) florestas plantadas; e

d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

XLII. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4°, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e legislação correlata;

c) documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n° 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n° 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

XLIII. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

XLIV. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4°, §§ 2° e 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

a) o gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

c) em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

d) para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

XLV. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

a) qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

b) na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

XLVI. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010 , deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

XLVII. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

XLVIII. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

XLIX. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

L. No caso de contratação semi-integrada, caberá ao contratado elaborar o projeto executivo da obra/serv. engenharia, conforme inciso IX do art. 42 e segundo a OT – IBR 008/2020 – Projeto Executivo, do Instituto Brasileiro de Auditoria em Obras Públicas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMBRAPA

4. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, constituem obrigações da Embrapa:

I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

III. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

IV. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

V. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

VI. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços prestados e efetivamente medidos e faturados.

VII. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.

VIII. Indicar o representante da EMBRAPA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

IX. Exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado.

X. Colocar à disposição da CONTRATADA todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato.

XI. Obter as Licenças de sua responsabilidade, junto às repartições competentes, necessárias à execução dos serviços contratados.

XII. Informar à CONTRATADA as alterações de horários e rotinas de trabalho.

XIII. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, dos defeitos ou irregularidades verificados na execução dos serviços, fixando-lhe prazos para sua correção.

XIV. Notificar, por escrito, a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da CONTRATADA, concedendo-lhe prazo para defesa.

XV. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, da aplicação de multas, advertências e quaisquer outras penalidades, segundo o rito estabelecido neste instrumento.

XVI. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, sobre a suspensão da prestação de serviços.

XVII. Notificar, por escrito, quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato.

XVIII. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

XIX. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

XX. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

CLÁUSULA QUINTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

5. Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com os padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pela Embrapa, observados os níveis de serviço, porventura, descritos no Anexo I (Termo de Referência/Projeto Básico) deste Contrato.

5.1. O descumprimento dos níveis de serviço acarretará a aplicação dos índices de redução do preço previstos no Anexo I (Termo de Referência/Projeto Básico) deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabíveis.

5.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6. A execução do objeto contratado respeitará as especificações constantes do Termo de Referência/Projeto Básico e da proposta apresentada pela CONTRATADA, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

7. A CONTRATADA não poderá fazer uso do nome Embrapa, da marca Embrapa, da expressão “a serviço da Embrapa” ou expressões similares, em especial em propagandas, em seu Website, uniformes, veículos, ferramentas e equipamentos, de propriedade ou não da CONTRATADA, salvo quando prévia e expressamente autorizada, por escrito, pela Embrapa.

7.1. Qualquer informação obtida pela Contratada, de informação, produto, processo, da Embrapa, confidencial ou não, em razão da prestação do serviço, deverá ser mantida em sigilo.

7.2. A Contratada deverá garantir que seus empregados mantenham sigilo das informações obtidas em razão da prestação de serviços.

7.3. A divulgação de qualquer informação ou utilização da marca Embrapa, pela contratada, seus empregados, prepostos ou terceirizados, de forma indevida, gerará a multa compensatória equivalente ao valor global deste Contrato, na forma do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo de perdas e danos, eventualmente apurados e das demais penalidades previstas neste instrumento.

7.4. O valor da multa estabelecida será devida em relação à cada informação divulgada.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8. O crédito pelo qual ocorrerá a despesa do presente Contrato, consta na proposta orçamentária da Embrapa para o exercício de _____, correndo à conta da Fonte de Recursos _____ , Natureza de Despesa _____, Nota de Empenho nº_____, de __/__/_____.

8.1. As despesas para exercícios futuros, se for o caso, correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas por meio de apostilamento, mediante o respectivo empenho.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR

9. O valor global da contratação é de R$..... (.....)

9.1. A CONTRATADA declara que nos preços propostos para a execução dos serviços foram considerados todos os custos, insumos, despesas ordinárias diretas e indiretas, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação para cumprir as disposições contratuais até o termo final deste Contrato, não cabendo reivindicações a título de revisão de preço, compensação ou reembolso.

9.2. Na hipótese de o objeto ser, a critério da Embrapa, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.3. Caso a Embrapa não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização à CONTRATADA.

9.4. A CONTRATADA deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DEZ – DO PAGAMENTO

10. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento do serviço pela Embrapa, conforme cronograma de execução estabelecido, mediante apresentação da Nota Fiscal, contendo os dados bancários completos (nº do Banco, da Agencia e da conta corrente).

10.1. O pagamento será realizado através de Ordem de Pagamento Bancária, nos termos dos dados bancários especificados na Nota Fiscal.

10.2. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreções, o prazo de pagamento será reiniciado, contado a partir da data da sua regularização.

10.3. Caso não haja expediente na Embrapa no dia do vencimento da Nota Fiscal/fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

10.4. Nenhum pagamento será feito à Contratada antes de paga a multa que lhe tenha sido aplicada, salvo se a contratada concordar com a compensação de valores.

10.5. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

10.6. A suspensão do pagamento não autoriza a paralisação dos serviços, estando a CONTRATADA sujeita às penalidades cabíveis por inadimplemento, bem como a responder pelos danos e prejuízos decorrentes, se assim proceder.

10.7. A Embrapa não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras.

10.8. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter as seguintes informações:

a) o valor a pagar;

b) descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;

c) os dados do contrato, como número de registro;

d) período de referência da execução do objeto;

e) prazo de validade;

f) data da emissão;

g) nome e número do CNPJ da CONTRATADA, cuja regularidade fiscal tenha sido avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;

h) nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal ou equivalente legal;

i) nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;

j) tomador do serviço: Nome da Unidade da Embrapa tomadora do serviço;

k) CNPJ do tomador do serviço: _____;

l) local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal ou equivalente legal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso;

m) código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, em concordância com as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento - DIF;

n) número de inscrição do contribuinte individual válido junto ao INSS (NIT ou PIS/PASEP); e

o) destaque das retenções tributárias aplicáveis, conforme estabelecido na DIF.

10.9. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela CONTRATADA. Em casos de dispensa ou benefício fiscal que implique em redução ou eliminação da retenção de tributos, a CONTRATADA fornecerá todos os documentos comprobatórios.

10.10. Caso a CONTRATADA emita documento fiscal ou equivalente legal autorizado por Município diferente daquele onde se localiza o estabelecimento da Embrapa tomadora do serviço e destinatário da cobrança, deverá providenciar o cadastro junto à Secretaria Municipal de Fazenda ou órgão equivalente do Município do estabelecimento tomador, salvo quando se aplicar uma das exceções constantes dos incisos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 116/2003. A inexistência desse cadastro ou o cadastro em item diverso do faturado não constitui impeditivo ao processo de pagamento, mas um ônus a ser suportado pela CONTRATADA, uma vez que a Embrapa está obrigada a reter na fonte a quantia equivalente ao ISS dos serviços faturados, conforme legislação aplicável.

10.11. O documento fiscal ou equivalente legal emitido pela CONTRATADA deverá estar em conformidade com a legislação do Município onde a CONTRATADA esteja estabelecida, cuja regularidade fiscal foi avaliada na etapa de habilitação, e com as normas regulamentares aprovadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, especialmente no que tange à retenção de tributos, sob pena de devolução do documento e interrupção do prazo para pagamento.

10.12. Ao documento fiscal ou equivalente legal deverão ser anexados:

a) certidões de regularidade fiscal exigidas na fase de habilitação;

b) comprovante de que a CONTRATADA é optante do Simples Nacional, se for o caso;

c) em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e

d) demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

10.13. Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, a Embrapa poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela CONTRATADA.

10.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Embrapa, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração ocorrerá desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Nesse caso, os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês ou de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX/100)/365

EM = I x N x VP

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e aquela do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA ONZE – DO REAJUSTE

11. O reajuste de preços, se for o caso, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pela CONTRATADA após o período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia ___/___/___, (data de apresentação da proposta), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação a do INCC, ou outro índice que vier a substituí-lo, sobre o preço referido na Cláusula de Preço deste Instrumento.

11.1. Os efeitos financeiros dos reajustes retroagirão à data de apresentação do pedido de reajuste.

11.2. A manifestação sobre o reajuste poderá ocorrer por ocasião da manifestação sobre o interesse em prorrogar o contrato, mesmo que a anualidade não tenha ocorrido.

11.3. Na hipótese do item anterior, os reajustes somente serão efetivados após a ocorrência da anualidade.

11.4. As partes poderão negociar a redução do percentual do reajuste.

11.5. Caso ocorra a prorrogação do contrato, sem manifestação formal sobre o interesse no reajuste, será presumido que a Contratada abdicou desse direito.

11.6. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DOZE – MATRIZ DE RISCOS

12. A Embrapa e a CONTRATADA, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos apresentada abaixo, se for o caso.

# ID	RISCO	FATOR DE RISCO (CAUSA)	EFEITOS E QUEM OS SUPORTA	
			ATRASOS[1]	CUSTOS ADICIONAIS
1	Alterações no objeto contratado (dentro dos limites legais) por fato superveniente	Alteração de requisitos ou critérios normativos ou atualização dos processos ligados a atividade fim da edificação e outros fatos supervenientes	Embrapa	Embrapa
2	Alterações contratuais (dentro dos limites legais) por erros no projeto contratado do objeto licitado	Inconsistências técnicas nos elementos produzidos na etapa de planejamento - Erros de projeto	Embrapa	Embrapa
3	Eventos climáticos extremos	Ocorrência de eventos climáticos pontuais e extremos que impeçam o andamento normal dos serviços em execução e/ou causem danos ao objeto contratado em execução	Embrapa	Contratada por meio de Seguro
4	Eventos climáticos com incidência acima do previsível para o período	Ocorrência de chuvas em volume superior à média histórica para o mês, dependendo do serviços em execução	Embrapa	Contratada
5	Eventos climáticos com incidência previsível para o período	Ocorrência de chuvas em volume igual ou inferior à média histórica para o mês, dependendo do serviços em execução	Contratada	Contratada
6	Erros de execução de projeto - divergência entre elementos técnicos do objeto em construção	Erro na etapa de planejamento de maneira que seus elementos técnicos determinem soluções diversas para um ou mais serviços da obra	Contratada	Contratada
7	Erros de execução de projeto - subquantificações entre 95% à 99,99% do quantitativo real	Erros na planilha orçamentária referencial da Contratante que caracterizem quantitativo diferente do real em até 5%	Contratada	Contratada
8	Erros de execução de projeto - subquantificações abaixo de 95% do real	Erros na planilha orçamentária referencial da Contratante que caracterizem quantitativo diferente do real acima de 5%	Contratada	Embrapa
9	Erros de projeto - Omissão de serviço na planilha orçamentária	Erros na planilha orçamentária que caracterizem a omissão de determinados serviços necessários para a obra e que estejam contemplados nos demais elementos técnicos do processo de licitação. da etapa de planejamento	Contratada	Embrapa
10	Furtos ou roubos	Segurança inadequada no canteiro de obras	Contratada	Contratada
11	Atraso de pagamento de faturas aprovadas pela Fiscalização e em até 30 dias após prazo previsto em contrato	Indisponibilidade orçamentária na Unidade decorrente de deficiência no repasse de recursos financeiros na Unidade	Contratada	Contratada
12	Atraso de pagamento de faturas aprovadas em acima 30 dias após o vencimento do prazo contratual	Indisponibilidade orçamentária na Unidade decorrente de deficiência no repasse de recursos financeiros na Unidade	Embrapa	Embrapa
13	Atrasos na execução dos serviços sem justificativa aceita	Morosidade na realização das atividades em descumprimento ao programado no cronograma físico-financeiro do empreendimento	Contratada	Contratada
14	Atrasos dos serviços com justificava aceita	Ocorrência de algum fato superveniente que tenha causado o atraso, mas decorrente de pedido da Contratante. cujo atraso seja alocado nesta matriz como de suporte da contratante	Embrapa	Contratada
15	Atrasos na liberação das áreas onde serão executadas as obras	Planejamento inadequado e/ou fatos supervenientes ocorridos após a elaboração do planejamento e por falha da Contratante	Contratada	Embrapa

16	Acréscimos nos volumes de escavação, necessidade de tratamentos especiais com maior consumo de aço ou concreto, ou ainda, mudança na técnica de construção prevista	Atividades com alto grau de imprecisão no levantamento de dados nos projetos e elementos técnicos do processo de licitação . inerente para mensuração exata na etapa de planejamento	Embrapa	Embrapa
17	Acréscimos de serviços necessários à estabilização de taludes (maior abatimento, por exemplo); Aumento do comprimento ou volume nas fundações	Atividades com alto grau de imprecisão inerente para mensuração exata na etapa de planejamento	Embrapa	Embrapa
18	Atraso na liberação de licenças sob a responsabilidade do Contratado	Atrasos decorrentes de processo externo alheios às partes devidamente comprovado	Embrapa	Contratada
19	Atraso na liberação de licenças sob a responsabilidade do Contratante	Atrasos decorrentes de processo externo alheios às partes devidamente comprovado	Embrapa	Contratada
20	Custos e atrasos associados com descobertas arqueológicas ou outras interferências com patrimônio cultural	Situações imprevisíveis quando da fase de planejamento	Embrapa	Embrapa
21	Custos de retrabalho e atrasos decorrentes de requisitos de qualidade previstos em projeto e não atingidos pela Contratada	Má gestão da Contratada e/ou baixa qualidade dos insumos	Contratada	Contratada
22	Diminuição da lucratividade, perda da performance do fluxo de caixa decorrentes da Inflação e/ou flutuação de câmbio e aumento desproporcional do custo de insumos	Variações positivas bruscas no preço de insumos	Contratada	Contratada
23	Restrição de documentação da Contratada	Má gestão administrativa da Contratada	Contratada	Contratada
24	Eventos seguráveis caracterizados como força maior ou caso fortuito	Quaisquer eventos constantes da apólice de seguro padrão exigida no contrato	Contratada	Contratada por meio de seguro
25	Paralisação de máquinas e equipamentos críticos da obra	Falta de manutenção ou má conservação ou utilização dos equipamentos	Contratada	Contratada
26	Atrasos no fornecimento de materiais pelo mercado	Crise de abastecimento do mercado local	Contratada	Contratada
27	Atraso de serviços de terceiros	Morosidade na realização das atividades em descumprimento ao cronograma físico-financeiro do empreendimento	Contratada	Contratada
28	Embargo da obra por órgãos ambientais	Embargos decorrentes de situações que não se enquadrem em falha do planejamento ou falhas de operação	Embrapa	Contratada
29	Embargo da obra por órgãos de controle (Fiscalização, SST, TEM, TCU, CGU, etc.)	Embargos decorrentes de situações que não se enquadrem em falha do planejamento ou falhas de operação	Embrapa	Contratada
30	Atrasos na solicitação de cadastramento de pessoal autorizado a acessar as Unidades	Falta de conhecimento sobre os procedimentos internos para acesso ao local da obra	Contratada	Contratada
31	Acidentes de trabalho com os empregados da Contratada	Caso fortuito e/ ou negligência, imperícia ou imprudência da Contratada	Contratada	Contratada por meio de seguro
32	Acidentes ocasionados por terceiros contratados pela Contratada	Caso fortuito e/ ou negligência, imperícia ou imprudência da Contratada	Contratada	Contratada por meio de seguro
33	Acidentes com danos materiais, psicológicos e físicos causados pela Contratada a outros	Caso fortuito e/ ou negligência, imperícia ou imprudência da Contratada	Contratada	Contratada por meio de seguro
34	Protestos e manifestações sociais	Casos fortuitos	Embrapa	Contratada
35	Problemas de liquidez financeira da Contratada	Problemas na gestão da Contratada	Contratada	Contratada
36	Greves em serviços públicos ou privados que impeçam ou afetem a consecução da obra	Casos fortuitos	Embrapa	Contratada
37	Aumento da DMT da jazida de insumos	Fator externo imprevisível	Contratada	Contratada
38	Aumento da DMT do bota-fora	Fator externo imprevisível	Contratada	Contratada
39	Necessidade de reforço da rede de alta tensão proveniente da concessionária de energia	Fator externo imprevisível caso a aprovação do projeto na concessionária não tenha sido aprovado previamente à execução da obra	Embrapa	Embrapa

[1] Para os casos em que o efeito denominado "atrasos" for alocado sob a responsabilidade da Contratada, esta deverá apresentar plano de recomposição cronológica, considerando o aumento do ritmo de execução das atividades para os meses subsequentes ao que o atraso foi detectado. As medidas corretivas poderão ser negociadas com a Contratada, podendo variar entre o incremento de mão de obra para abertura de novas frentes de trabalho, abertura de novos turnos de trabalho e modificação de especificações que prevejam, sem prejuízo da qualidade da obra, a realização mais ágil de determinadas etapas, tudo em acordo com a equipe gestora do contrato e devidamente formalizado. Já para os casos em que o efeito denominado "atrasos" for alocado sob a responsabilidade da Contratante, a dilação do prazo de execução e do prazo de vigência contratual somente será admitida quando a etapa afetada representar o caminho crítico, conforme metodologia CPM.

12.1. É vedada a celebração de aditivos visando o reequilíbrio econômico financeiro do contrato decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA TREZE – GARANTIA CONTRATUAL

13. A CONTRATADA prestará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da Contratação, garantia contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, sob pena de aplicação de penalidade nos termos deste instrumento, observadas as condições para sua aceitação estipuladas nos incisos abaixo, que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.

I. Caução em dinheiro: deverá ser depositada em favor da Embrapa, de acordo com as orientações que serão fornecidas quando da referida convocação;

II. Seguro Garantia: a Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

a) O Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

a.1) responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

III. Fiança Bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN.

a) O Instrumento de Fiança deve prever expressamente:

a.1) renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação do inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

13.1. O prazo previsto para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Embrapa.

13.2. Havendo majoração do preço contratado, decorrente de reajuste, repactuação ou revisão de preços causada por alterações na legislação tributária, deverá ocorrer a atualização da garantia.

13.3. Nos casos que demandem a complementação ou renovação da garantia, tais como alteração do objeto (aditivo quantitativo ou qualitativo), prorrogação contratual, dentre outros, a CONTRATADA deverá providenciá-la no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do fato gerador.

13.4. Sempre que o contrato for garantido por fiança bancária ou seguro garantia, a CONTRATADA deve obter do garantidor anuência em relação à manutenção da garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo ou recebimento de carta de apostilamento, conforme o caso.

13.5. Recusando-se o garantidor a manter a garantia, cabe à CONTRATADA obter nova garantia no mesmo prazo da apresentação da garantia original.

13.6. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

13.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, salvo na hipótese de suspensão da execução contratual, por ordem ou inadimplemento da Embrapa.

13.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Embrapa, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

13.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.9.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

13.9.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Embrapa à contratada; e

13.9.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

13.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

13.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a

respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

13.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022 .

13.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

13.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Embrapa e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

13.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

13.18. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

13.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUATORZE – CONDUTA ÉTICA DAS PARTES

14. A CONTRATADA e a Embrapa comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

14.1. Em atendimento ao disposto no caput desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive:

I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;

II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente da Embrapa na execução do objeto do presente Contrato;

III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou de empregado da Embrapa, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;

IV. observar a Política para Transações com Partes Relacionadas e o Código de Ética da Embrapa vigentes ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e

V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

14.2. Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do item 14.1 desta Cláusula, compete à CONTRATADA afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato à Embrapa, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

CLÁUSULA QUINZE - DAS PENALIDADES

15. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

15.1. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações às obrigações assumidas por força deste instrumento, a Embrapa adotará o procedimento de acordo com o Capítulo X do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios, disponível no endereço eletrônico https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos e também por meio do link para acesso direto ao documento.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA FISCALIZAÇÃO

16. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelos fiscal técnico e fiscal administrativo.

16.1. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do objeto deste contrato e de tudo dará ciência à Contratada, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o objeto contratual.

16.2. A existência da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica responsabilidade da Embrapa ou de seus empregados, conforme previsão do art. 47, § 2º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

16.3. A Embrapa, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013.

16.4. A Embrapa poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

16.5. A ausência de fiscalização por parte da Embrapa não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

16.6. A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial ou por meio que garanta o registro do conteúdo e de seu recebimento.

16.6.1. A Contratada deverá confirmar o recebimento de e-mail, sempre que a comunicação se dê por esse meio.

16.7. A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atender prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas, ou, em caso de impossibilidade, justificar por escrito.

CLÁUSULA DEZESSETE – RECEBIMENTO DO OBJETO

17. A Embrapa efetuará o recebimento do objeto através do Gestor ou da Comissão de Recebimento, com o apoio do Fiscal do Contrato, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

CLÁUSULA DEZOITO – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

18. O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, e ainda:

I. Consensualmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da Embrapa, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão, considerando os seguintes aspectos a serem justificados:

a) a Embrapa tenha interesse na extinção do contrato;

b) a rescisão não decorra de falha na execução do serviço;

c) não exista mais interesse pelo serviço, na Embrapa.

II. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações;

III. na ausência de liberação, por parte da Embrapa, de área, local, objeto ou documentos necessários à sua execução, nos prazos contratuais;

IV. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita da Embrapa, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;

V. quando for decretada a falência da CONTRATADA;

VI. caso a CONTRATADA perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;

VII. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;

VIII. caso a CONTRATADA seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;

IX. caso a CONTRATADA seja impedido de contratar e licitar com a União;

X. em função da suspensão do direito de a CONTRATADA licitar ou contratar com a Embrapa;

XI. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pela CONTRATADA no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;

XII. em razão da dissolução da CONTRATADA;

XIII. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato;

XIV. quando aplicada penalidade de Multa de mora e não houver o recolhimento do valor devido;

XV. quando as multas contratuais atingirem seus limites, na forma deste Contrato, sem que a contratada tenha retornado à regularidade do serviço ou à adequação do comportamento;

XVI. por determinação judicial.

18.1. Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

18.2. Os casos de extinção contratual convencionados no caput desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato, e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

CLÁUSULA DEZENOVE – DA VIGÊNCIA

19. O prazo de vigência deste contrato é de _____ **(_____)** dias, com início na data da última assinatura aposta pelos representantes das partes e o prazo de execução dos serviços contratados é de **120 (cento e vinte)** dias, com etapas definidas em conformidade com o Cronograma Físico-financeiro do Contrato.

19.1. O presente instrumento somente poderá ter sua vigência alterada, em virtude de atraso em sua execução, suspensão do serviço, acréscimo do objeto permitido em Lei.

19.2. Caso o atraso na execução decorra de ação ou omissão da Contratada, a prorrogação não prejudicará a abertura de processo de apuração e aplicação de penalidade, se for o caso.

19.3. O processo administrativo de prorrogação, nas hipóteses previstas neste instrumento, deverá constar a descrição dos seguintes fatos e circunstâncias:

I - Descrição do fato que determinou a necessidade da prorrogação;

II - Demonstração de que o fato determinante é superveniente ao planejamento da contratação;

III - Demonstração de que fato determinante não era previsível ou se previsível, o seu impacto não poderia ser adequadamente mensurado, por ocasião do planejamento.

19.4. Toda prorrogação deverá ser formalizada por Termo Aditivo.

19.5. No caso de prorrogação de vigência, por acréscimo do objeto, o processamento das duas alterações serão processadas concomitantemente.

CLÁUSULA VINTE – ACESSO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20. As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

I. Eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei n° 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

II. O tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da Embrapa, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida.

III. A CONTRATADA deverá seguir as instruções recebidas da Embrapa em relação ao tratamento de dados pessoais.

IV. A CONTRATADA se responsabilizará como “Controlador de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação.

V. Os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização Embrapa, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto.

VI. A CONTRATADA deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos.

VII. Os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela CONTRATADA, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.

VIII. A CONTRATADA dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula e na Cláusula de Sigilo das Informações, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.

IX. A Embrapa possui direito de regresso em face da CONTRATADA em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

X. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais.

XI. A CONTRATADA deverá informar imediatamente à Embrapa todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela Embrapa e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.

XII. A CONTRATADA deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela Embrapa, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no artigo 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

XIII. Qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à Embrapa, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à CONTRATADA disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

XIV. Ao final da vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal.

20.1. As Partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a Embrapa será considerada “Controladora de Dados”, e a CONTRATADA “Operadora” ou “Processadora de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário nesse Contrato. Contudo, caso a CONTRATADA descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções da Embrapa, será equiparada a “Controladora de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

20.2. Caso a CONTRATADA disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no caput desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que a Embrapa venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da CONTRATADA, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da Embrapa, sem prejuízo das penalidades deste contrato.

20.3. A assinatura deste Contrato importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada à CONTRATADA, inclusive sócios, representantes legais, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornados públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pela Embrapa, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pela Embrapa dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

20.4. Os representantes legais signatários do presente autorizam a divulgação dos dados pessoais expressamente contidos nos documentos decorrentes do procedimento de contratação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e cargo, para fins de publicidade das contratações administrativas no site institucional da Embrapa e em cumprimento à Lei nº 12.527/ 2011 (Lei de Acesso à Informação).

20.5. As partes comprometem-se a coletar o consentimento, quando necessário, conforme previsto na Lei no 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), bem como informar os titulares dos dados pessoais mencionados no presente instrumento, para as finalidades descritas no parágrafo acima.

CLÁUSULA VINTE E UM - DA SUBCONTRATAÇÃO

21. A subcontratação não será admitida para os serviços constantes nas parcelas de maior relevância e para os serviços de administração local.

21.1. Para os demais serviços não enquadrados no item 21., a subcontratação será admitida desde que aprovada pela Fiscalização do contrato.

21.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

21.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

21.4. O contratado apresentará à Embrapa a documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

21.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, que tenham sofrido:

a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela Embrapa, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, aplicada na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;

c) penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada na vigência do inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;

d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992.

21.6. Também estarão impedidas de ser subcontratadas empresas que, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11 e as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

21.7. Empresas ou consórcios que participaram do procedimento licitatório do qual se originou a contratação e que direta ou indiretamente, tenham participado da elaboração de projeto básico ou executivo, também não poderão ser subcontratadas.

21.8. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

22. O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e

II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência/Projeto Básico (Anexo I deste Contrato).

22.1. Todas as alterações contratuais deverão ser formalizadas por processo administrativos formal, no qual estarão contidas todas as justificativas técnicas e documentação comprobatória da necessidade de alteração do ajuste.

22.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

22.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013**.**

22.4. Nas hipóteses de contratação pelos regimes de preço global e integral ou outros regimes compatíveis com a execução de preço certo e determinado por toda a obra, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

22.5. As alterações deste Contrato deverão ser formalizadas por Termo Aditivo.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

23. É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da CONTRATADA, de qualquer título de crédito em razão deste instrumento.

23.1. É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que a CONTRATADA realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

I. aquiescência prévia da Embrapa, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e

II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

23.2. Caso ocorra a sucessão contratual admitida no item anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

23.3. É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO NEPOTISMO

24. É vedada a prestação dos serviços ora contratados por familiar de empregado da Embrapa que exerça cargo em comissão ou função de confiança de qualquer natureza.

24.1.Entende-se por familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o

terceiro grau.

CLÁUSULA VINTE E CINCO – COMPLIANCE

25. As partícipes neste ato declaram e se comprometem a observar todas as leis, regras, regulamentos, acordos e convenções aplicáveis ao presente instrumento e suas atividades, em especial a legislação de defesa da concorrência e de combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 12.529, de 30.11.2011) e à corrupção (Lei nº 12.846, de 01.08.2013), os princípios administrativos, bem como a agir com honestidade, lealdade, integridade e boa-fé, evitando conflitos de interesse no âmbito do presente instrumento.

25.1. Adicionalmente, as partícipes, sem prejuízo das legislações aplicáveis, se comprometem a observar e respeitar as seguintes vedações abaixo transcritas:

I - Alterar, deturpar, subtrair ou eliminar o teor ou a íntegra de documentos que devam ser encaminhados para providências, assim como interferir na integridade de informações sob sigilo, ocultar, danificar ou eliminar documentos ou informações ou negar-se a fornecê-las quando requisitadas, salvo nas hipóteses previstas em Lei, não se isentando da devida justificativa;

II - Divulgar resultados de pesquisa em andamento em prejuízo de processos de proteção do conhecimento ou dar publicidade a resultados ainda não validados de pesquisa, salvo em casos previamente autorizados;

III - Retirar, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro, tecnologia ou bem pertencente ao patrimônio da empresa;

IV - Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, amigos ou terceiros;

V - Apoiar ou ter participação em quaisquer ações que atentem contra a ética, moral, honestidade ou dignidade da pessoa humana ou vincular seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso;

VI - Permitir o acesso de pessoas estranhas às dependências internas da(s) outra(s) partícipe(s), sobretudo às instalações de acesso restrito;

VII - Promover práticas que coloquem em risco o meio ambiente;

VIII - Praticar atos que caracterizem concorrência desleal.

25.2. As partícipes declaram conhecer, sem limitação, a proibição de qualquer forma de trabalho escravo, forçado ou análogo, trabalho infantil, a preservação do meio ambiente, o cumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, assim como o respeito aos consumidores, empregados, prestadores de serviços e às comunidades estabelecidas nos locais onde as partícipes desenvolvem suas atividades.

25.3. O presente instrumento poderá ser rescindido imediatamente, independentemente de notificação prévia, em caso de descumprimento de qualquer das disposições previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA VINTE E SEIS – DA DENÚNCIA

26. Independentemente de justo motivo, a Embrapa poderá dar por findo o presente contrato, sem que lhe caiba qualquer sanção, desde que o faça mediante aviso prévio por escrito de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULAVINTE E SETE – DA PUBLICAÇÃO

27. O extrato deste Contrato será levado à publicação no Diário Oficial da União, pela Embrapa, na forma do § 2º do artigo 51 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VINTE E OITO – DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

28. As Partes reconhecem como válida e plenamente eficaz a presente contratação por meios eletrônicos e digitais, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

CLÁUSULA VINTE E NOVE – DISPOSIÇÕES FINAIS

29. Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.
29.1. Integram o presente Contrato:

a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

b) ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

c) ANEXO III - DESENHOS TÉCNICOS

d) ANEXO IV - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

e) ANEXO V - COMPOSIÇÃO DE BDI

f) ANEXO VI - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

g) ANEXO VII - MODELO PARA A PROPOSTA em Excel

h) ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO

i) ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇO

j) ANEXO X - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

29.2 A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA TRINTA - DO FORO

30. Para dirimir questões judiciais relacionadas a execução do presente ajuste fica fixada a S eção Judiciária Federal do Ceará, conforme item 1.8 da Seção II (no caso de SERVIÇOS) do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (037.011.003.001, novo Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

30.1. E por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento, na data constante da última assinatura das Partes.

[assinado eletronicamente]

GUSTAVA ADOLFO SAAVEDRA PINTO
Chefe-Geral
EMBRAPA

[assinado eletronicamente]

FLÁVIO MARCUS FALCÃO GRAÇA JÚNIOR
Chefe-Adjunto de Administração
EMBRAPA

[assinado eletronicamente]

Representante Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. [assinado eletronicamente]

NOME

MATRÍCULA Nº

2. [assinado eletronicamente]

NOME

MATRÍCULA Nº

Documento assinado eletronicamente por **Flavio Marcus Falcão Graça Júnior**, **Chefe-Adjunto**, em 24/11/2026, às 09:16, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **14464850** e o código CRC **1A0B3193**.